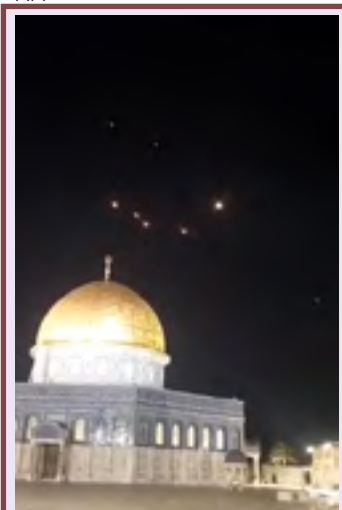


Indústria perdeu 10

anos com juro alto e

falta de investimento

AFP



Resposta do Irã a atentado de Netanyahu acertou base aérea israelense

Exercendo o direito de defesa estabelecido pelo artigo 51 da Carta da ONU, o Irã respondeu ao bombardeio de Netanyahu contra a embaixada iraniana na capital síria, desencadeando na noite de sábado para domingo um ataque contra alvos militares israelenses com 300 drones, mísseis de cruzeiro e mísseis balísticos, explicitando a vulnerabilidade de Israel. Em especial, segundo as fontes iranianas, foram atingidas a base aérea de Nevatim no coração do deserto de Negev de onde decolaram os aviões que cometeram o criminoso bombardeio da embaixada, e um centro de inteligência na fronteira síria-israelense que forneceu dados para a agressão. **Página 7**

A maioria dos paulistas é contra privatizar Sabesp, aponta pesquisa

A maioria da população paulista é contrária à privatização da Sabesp, cujo leilão está previsto para o segundo semestre. É o que mostra uma pesquisa inédita feita pela Quaest entre os dias 4 e 7 de abril com 1.640 entrevistados. **Página 4**

Das 3.783 obras da Educação paradas, nenhuma delas foi retomada

O governo federal ainda não retomou nenhuma das 3.783 obras de educação básica paradas em todo país, após quase um ano do anúncio de um grande plano para destravar as construções. A retomada foi apresentada como prioridade pelo presidente Lula em 2023. **P. 4**



Sem investimento e sem indústria, PIB está fadado a ser medíocre

O IEDI constatou, através de estudo baseado nos dados mais recentes sobre o desempenho da indústria brasileira divulgados pelo IBGE, que o setor acumula uma década perdida. O Instituto aponta, ainda, que, em 2023, os níveis elevados de taxas de juros obstruíram mais uma vez a alavanca industrial do crescimento. O PIB da indústria de transformação encolheu -1,3% no acumulado do ano. O estudo aponta que, sem indústria e investimento, a expansão do PIB total tende a ser fraca e ter pouca durabilidade. **Página 2**

Para especialistas, “MP das tarifas de energia é prejudicial ao país”



Destruição e morte por bombardeio israelense no campo para refugiados Maghazi, em Gaza Central

Bombardeio israelense destrói escola e mesquita em Gaza

Ataques israelenses com drones, artilharia e incursões terrestres contra Gaza mataram, em 24 horas, 89 palestinos, sendo que 26 da mesma família. No ataque ao campo de refugiados de

Al Nusseirat na sexta-feira (12), um jornalista a serviço do canal turco TRT teve o pé amputado após ser atingido. Segundo as agências de notícias, em Al Nusseirat foram destruídas casas, uma

escola que abrigava famílias expulsas de seus lares e duas mesquitas. Autoridades de saúde palestinas disseram que pelo menos 25 pessoas de uma mesma família, os Tabatibi, foram mortas e

várias ficaram feridas em um ataque aéreo israelense a uma casa em Al Daraj, no centro de Gaza. Imagens da Al Jazeera mostraram equipes de regaste retirando corpos do prédio explodido. **Página 7**

Para Roberto D'Araújo, “o governo vai adotar uma intervenção sem um diagnóstico sobre a elevação da tarifa de energia”. Já Íkaro Chaves afirma que, além de não enfrentar os problemas estruturantes, a MP “legítima a privatização da Eletrobrás”.

A medida provisória com o objetivo de diminuir a conta de luz em 3,5% neste ano foi assinada na terça-feira (9), pelo presidente Lula. **Pág. 3**

Câmara mantém por 277 contra 129 a prisão de Chiquinho Brazão

O plenário da Câmara dos Deputados manteve com 277 votos a favor, 129 contra e 28 abstenções, a prisão preventiva do deputado Chiquinho Brazão, decretada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a pedido da Polícia Federal, acusado de ser o mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco em março de 2018 no Rio de Janeiro. Eram necessários 257 votos para a aprovação ou a rejeição da prisão do deputado. **Pág. 3**

“Proposta do governo é uma violência contra os servidores”

A reação dos servidores públicos federais ao resultado da Mesa Nacional de Negociação com o governo, na quarta-feira (11), que “nafragou”, já começou. Para o Andes-SN, “indiferentes à pressão e ignorando o recado dado pelas bases que foram decisivas na vitória de Lula sobre Bolsonaro, a equipe econômica de Fernando Haddad e Esther Dweck obedeceu à cartilha neoliberal da elite financeira e manteve o reajuste zero em 2024”. **P. 5**

Saúde e educação sob ataque!, por Paulo Kliass

“Obsessão irracional com o corte em tais rubricas termina por prejudicar de forma aguda as contas das áreas sociais, dos investimentos públicos e dos salários dos servidores, alerta

O economista Paulo Kliass afirma que as propostas de arrocho fiscal “carregam consigo consequências muito mais graves do que simplesmente o discurso mentiroso e demagógico de buscar o tal do saudável equilíbrio das contas públicas”. Em artigo, que reproduzimos a seguir, o especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, alerta que “ao insistir única e exclusivamente no corte de despesas, a política do austericídio termina por agudizar os aspectos recessivos do quadro da economia, além de poupar de forma injustificável as despesas financeiras de tal redução ou limite”.

“Ao longo dos últimos 12 meses, o governo gastou exatamente R\$ 747 bilhões a título de pagamento de juros da dívida pública. Trata-se de mais um recorde na série histórica apresentada pelo Banco Central em sua página. Não faz sentido dar um tratamento arrojado para os gastos de natureza social e liberar um volume como esse sem teto, sem limite e sem contingenciamento para atender aos desejos dos detentores de títulos da dívida pública”. Confira!

SAÚDE E EDUCAÇÃO SOB ATAQUE

PAULO KLIASS*

As propostas de arrocho fiscal carregam consigo consequências muito mais graves do que simplesmente o discurso mentiroso e demagógico de buscar o tal do saudável equilíbrio das contas públicas. Via de regra, as medidas se concentram sobre a limitação e/ou a redução das despesas orçamentárias para que as receitas possam se igualar aos gastos na apuração final do resultado das contas da tesouraria governamental.

Ocorre que a obsessão irracional com o corte em tais rubricas termina por prejudicar de forma aguda as contas das áreas sociais, dos investimentos públicos e dos salários dos servidores, dentre tantos outros setores estratégicos para a dinâmica econômica e social. Além de provocar redução de direitos legais e constitucionais, o viés pela austeridade também se revela como um tiro no pé da própria capacidade de se promover a recuperação da atividade econômica de forma mais geral.

A teoria macroeconômica convencional reconhece a importância daquilo que até mesmo os manuais de orientação conservadora classificam como “multiplicador do gasto do governo”. Assim, uma eventual despesa do setor público em um determinado momento tende a se converter em elemento ativador da atividade econômica, gerando um aumento da demanda que certamente se transformará em geração de renda, de emprego e mesmo de tributos mais à frente. Ao insistir única e exclusivamente no corte de despesas, a política do austericídio termina por agudizar os aspectos recessivos do quadro da economia, além de poupar de forma injustificável as despesas financeiras de tal redução ou limite.

AUSTERIDADE: SAÚDE E EDUCAÇÃO NA MIRA

Isso foi o que ocorreu desse 2016, quando a dupla Temer/Meireles conseguiu introduzir no texto constitucional a chamada política do teto de gastos. A previsão é que durante longos 20 anos (2017 a 2036) o Brasil estaria impedido de aumentar as despesas orçamentárias para além das perdas inflacionárias. Uma loucura! Pois a política foi mantida até o final de 2022, quando a campanha de Lula para Presidente da República prometia a revogação da medida. Porém, a nomeação de Fernando Haddad para o Ministério da Fazenda alterou bastante as expectativas criadas para mudanças na política econômica para o terceiro mandato.

Confira na íntegra o artigo de Paulo Kliass, doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental: <https://horadopovo.com.br/saude-e-educacao-sob-ataque-por-paulo-kliass/>

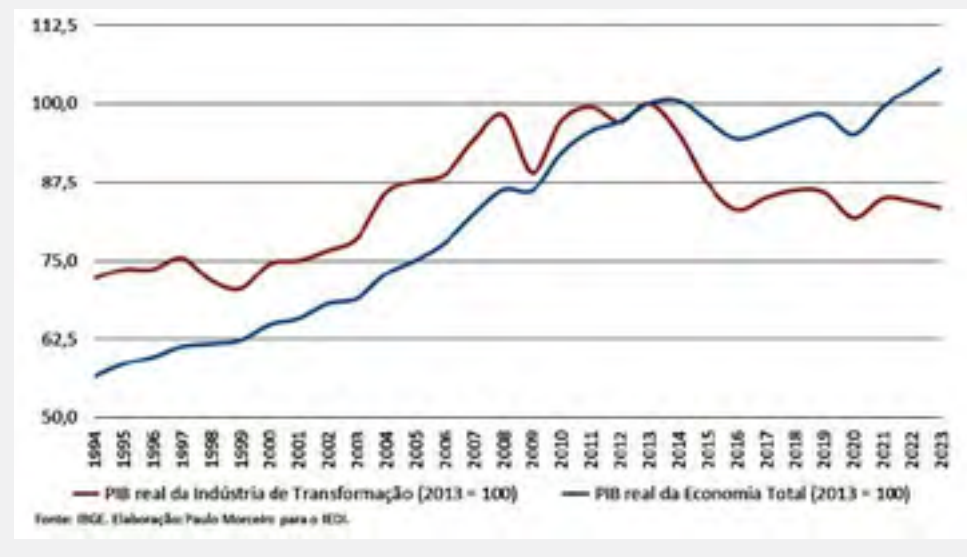
IEDI adverte para nova década perdida na indústria: 2013/2023

Dez anos para a indústria brasileira esquecer



“Em 2023, os níveis elevados de taxas de juros obstruíram mais uma vez a alavanca industrial do crescimento. O PIB da indústria de transformação encolheu -1,3% no acumulado do ano, sob influência da retração do investimento”, diz o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

Evolução real do PIB Total e do PIB da Indústria de Transformação do Brasil 1994 a 2023 - Base: 2013 = 100



Inflação desacelera em março e resultado é juro real mais alto

IPCA fica em 0,16% no mês, abaixo das “expectativas dos agentes do mercado”. Queda da inflação pressiona pela redução mais acelerada dos juros pelo BC

A inflação do país desacelerou em março, registrando alta de 0,16%, uma taxa menor do que no mês de fevereiro quando ficou em 0,83%, segundo dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado hoje (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No ano, a inflação acumulada está em 1,42%. Nos últimos 12 meses, os preços avançaram 3,93%.

Enquanto a inflação está em desaceleração, o Banco Central, no seu ritmo de tartaruga na redução da taxa básica da economia (Selic), só está aumentando o juro real (descontada a inflação), ou acelerando o arrocho monetário sobre o setor produtivo e o consumo, travando os investimentos e elevando a inadimplência das empresas e das famílias.

A desaceleração da inflação pressiona pela redução mais acelerada da taxa Selic, que segue acima de dois dígitos, hoje em 10,75%. Como defende o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Ricardo Alban, no mínimo uma queda de 0,75 ponto percentual.

Os “agentes” do mercado financeiro, mesmo com a desaceleração da inflação, apostam em queda ainda menor nos juros, que vem sendo feita a contágotas de meio percentual a cada reunião, fazendo coro com a diretoria do BC. Para eles, o que importa é zerar o déficit fiscal e garantir a transferência de recursos públicos para os

baños e demais rentistas. Em doze meses, a farrá do BC com juros altos custou ao Brasil R\$ 747 bilhões.

GRUPOS COM PESO IMPORTANTE EM QUEDA

De acordo com o IBGE, em março, “dos nove grupos pesquisados, seis tiveram alta na passagem de fevereiro para março. Entretanto, grupamentos com peso importante no IPCA apresentaram desaceleração no índice”.

“Essa desaceleração na inflação também é explicada pelo fato de que, em fevereiro, os preços da Educação tiveram alta significativa por conta dos reajustes habitualmente praticados no início do ano letivo, o que não aconteceu em março”, explica o gerente da pesquisa, André Almeida, citando o grupo que saiu de alta de 4,98% para 0,14%.

Sobre o grupo de Alimentação e bebidas que

registrou o maior impacto e a maior variação (0,53%), Almeida destacou que “problemas relacionados às questões climáticas fizeram os preços dos alimentos, em geral, aumentarem nos últimos meses. Em março, os preços seguem subindo, mas com menos intensidade”.

A alimentação no domicílio desacelerou de 1,12% em fevereiro para 0,59% em março. A alimentação fora do domicílio (0,35%) também desacelerou em relação ao mês anterior (0,49%).

O grupo Transportes inverteu o sinal e passou da alta de 0,72% em fevereiro para a queda de 0,33% em março. “Influência da passagem aérea, que já vinha de queda em fevereiro, e da gasolina, que havia apresentado o maior impacto individual no IPCA de fevereiro e teve uma alta menor em março”, justifica André Almeida.

Entidade de estudos para o desenvolvimento industrial, com dados do IBGE, aponta que, “sem indústria e sem investimento, a expansão do PIB total tende a ser fraca e a durar pouco”

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) constatou, através de estudo baseado nos dados mais recentes sobre o desempenho da indústria brasileira divulgados pelo IBGE, que o setor acumula uma “década perdida”.

O Instituto aponta, ainda, que, em 2023, os níveis elevados de taxas de juros obstruíram mais uma vez a alavanca industrial do crescimento. O PIB da indústria de transformação encolheu -1,3% no acumulado do ano, sob influência da retração do investimento, acrescenta o documento, demonstrando o retrocesso que atinge o setor mais dinâmico da indústria.

“Sem indústria e sem investimento, a expansão do PIB total tende a ser fraca e a durar pouco”, diz o estudo. “Esta assimetria foi a regra na última década, marcada pela crise de 2015-2016 e pela pandemia de Covid-19, agravando uma trajetória adversa de mais longo prazo que resultou na desindustrialização do país”, acrescenta o IEDI.

“Esta assimetria foi a regra na última década, marcada pela crise de 2015-2016 e pela pandemia de Covid-19, agravando uma trajetória adversa de mais longo prazo que resultou na desindustrialização do país”, acrescenta o IEDI.

AINDA SEM CRESCIMENTO

Em março, ao analisar os divulgados pelo IBGE sobre a produção industrial brasileira em fevereiro, o IEDI destacou que o resultado mostra “que a indústria brasileira segue sem crescer neste início de ano”.

“Embora bem menos intensa do que no mês anterior, houve nova queda da produção na passagem de jan/24 a fev/24: -0,3%, já descontados os efeitos sazonais”, assinalou.

O Instituto destaca que muito disso “tem se restringido ao desempenho do ramo extrativo, que depois de um ano majoritariamente positivo em 2023 vem devolvendo parte do que ganhou, em uma trajetória de acomodação. A indústria de transformação, por sua vez, não se expandiu, mas também não está encolhendo, como ocorreu na entrada do ano passado”.

“Ainda na comparação com ajuste sazonal, a produção do agregado da indústria de transformação registrou 0% tanto em jan/24 como em fev/24, enquanto o ramo extrativo caiu -6,9% e -0,9%, respectivamente, o que influenciou o desempenho do macrossetor de bens intermediários por este congregar algumas atividades extrativas”.

O texto do IEDI destaca que entre os macrossetores industriais, como mostram as variações com ajuste sazonal a seguir, apenas bens intermediários recuaram tanto em jan/24 como em fev/24. “Bens de consumo semi e não duráveis voltaram a se expandir, anulando a queda anterior, e bens de capital e de consumo duráveis parecem ter deixado para trás a sequência de meses adversos do 2º sem/23”.

- Indústria geral: +1,5% em dez/23; -1,5% em jan/24 e

-0,3% em fev/24;
- Bens de capital: -0,4%; +9,3% e +1,8%, respectivamente;

- Bens intermediários: +1,8%; -2,7% e -1,2%;
- Bens de consumo duráveis: +6,6%; +1,5% e +3,6%;
- Bens de consumo semi e não duráveis: -0,2%; -0,4% e +0,4%, respectivamente.

O IEDI observa que embora 12 dos 25 ramos industriais identificados pelo IBGE não tenham conseguido aumentar produção em fevereiro deste ano (ante 7 ramos em jan/24), “a maioria deles (58%) ficou virtualmente estagnada, com variações entre 0% e -0,3%”.

Ao comparar com fevereiro de 2023, “os sinais negativos se dispersam, cabendo a ressalva de que existe um efeito calendário favorável, já que fev/24 possui um dia útil a mais do que fev/23”.

“A indústria geral registrou +5,0% em fev/24, consistindo na alta interanual mais forte desde jun/21 (+12,1%), quando bases de comparação deprimidas pelo choque da Covid-19 em 2020 ajudavam na obtenção de variações positivas expressivas”.

O Instituto destaca ainda que todos os macrossetores também ampliaram produção em fev/24 ante fev/23, com destaque para bens de consumo duráveis (+9,3%), puxados por equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos (+18,1%), mas também pela indústria automobilística (+9,8%).

Os demais macrossetores cresceram em ritmo bastante parecido: +5,3% em bens de capital, +5,1% em bens intermediários e +4,8% em bens de consumo semi e não duráveis, sempre em comparação com fev/23.

“Desto modo, a entrada de 2024 se mostra bem diferente do início de 2023. No primeiro bimestre do presente ano, a produção industrial avança +4,3%, mas recua -1,1% no mesmo período do ano passado, e agora, todos os seus macrossetores estão no positivo”, diz o IEDI, destacando o segmento de Bens de capital, que apresenta a maior mudança de quadro: -9,4% no 1º bim/23 e +3,6% no 1º bim/24. “Neste caso a base de comparação é baixa, já que sua produção caiu sistematicamente ao longo de 2023. Outro a também inverter sinal foi o macrossetor de bens intermediários, de -2,4% para +4,8%, respectivamente”.

“Quanto aos bens de consumo, já estavam no azul em jan-fev/23 e assim permaneceram em jan-fev/24. Para os semi e não duráveis houve inclusive reforço no desempenho: de +2,7% para +4,1%, respectivamente”.

Já os bens de consumo duráveis, por sua vez, cresceram +7,6% no 1º bim/23 e +5,2% no 1º bim/24, mantendo-se na liderança entre os macrossetores, devido principalmente à produção de eletrodomésticos.

Após 3 meses de alta, setor de serviços recua 0,9% em fevereiro, segundo IBGE

O volume de serviços prestados no país caiu 0,9% na passagem de janeiro para fevereiro de 2024, após três meses de resultados positivos (novembro/2023 a janeiro de 2024, segundo dados da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada hoje (12) pelo IBGE.

O setor teve variações positivas de 0,5% em cada um dos três meses citados acima, sendo que em janeiro, após revisão, o indicador caiu de 0,7% para 0,5%.

Com o resultado, o volume de serviços ficou 11,6% acima do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 1,9% abaixo do ponto mais alto da série histórica (dezembro de 2022).

Em relação a fevereiro de 2023, houve crescimento de 2,5%. No acumulado do primeiro bimestre de 2024, o volume de serviços cresceu 3,3% frente ao mesmo período do ano passado. O acumulado nos últimos 12 meses ficou em 2,2%.

Em fevereiro quatro das cinco atividades investigadas tiveram queda.

De acordo com Luiz Almeida, analista da pesquisa, a atividade de profissionais, administrativos e complementares caiu -1,9% em fevereiro após uma alta em janeiro impactada principalmente pelo pagamento de precatórios, que influenciou nas atividades jurídicas. “Como não houve essa receita em fevereiro, acontece esse retorno ao patamar anterior”, diz.

Os serviços de aluguel de máquinas e de locação de automóveis também contribuíram para a queda no grupo. O IBGE destaca a perda importante no setor de informação e comunicação (-1,5%), que perdeu parte do ganho de 3,6% dos últimos quatro meses.

As demais atividades com recuo em fevereiro foram transportes (-0,9%) e outros serviços (-1,0%).

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Foto: Helena Pontes/Agência IBGE Notícias

MP das tarifas de energia faz mal ao país, alertam técnicos



Reprodução

Acusado de ser o mandante do assassinato Marielle: plenário da Câmara mantém prisão de Chiquinho Brazão por 277 votos a 129

O plenário da Câmara dos Deputados manteve com 277 votos a favor, 129 contra e 28 abstenções, a prisão preventiva do deputado Chiquinho Brazão, decretada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a pedido da Polícia Federal, acusado de ser o mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco em março de 2018 no Rio de Janeiro. Eram necessários 257 votos para a aprovação ou a rejeição da prisão do deputado.

O Plenário, com 435 parlamentares presentes, acompanhou parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), de autoria do deputado Darci de Matos (PSD-SC), que recomendou a manutenção da prisão preventiva por crime flagrante e inafiançável de obstrução de Justiça com o envolvimento de organização criminosa.

O relator argumentou que o conjunto dos atos de obstrução teve a participação de várias pessoas, caracterizando o crime de associação a organização criminosa. Darci de Matos (PSD-SC) disse ser a favor da decisão do STF, que prendeu preventivamente o deputado fluminense, em 24 de março, a pedido da Polícia Federal com o argumento de havia a continuidade da obstrução da Justiça.

Ele apresentou também a argumentação de que houve a ação de uma organização criminosa, da qual o deputado fazia parte, que conseguiu, junto com outros integrantes do Estado, obstruir as investigações por seis anos.

Quanto à não possibilidade de fiança, o relator seguiu jurisprudência do STF aplicada desde 2015, segundo a qual, se estiverem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva nos casos concretos, não há lógica ou razoabilidade na concessão de fiança. “Em outras palavras, deveria ser afastada a afiançabilidade de um crime quando presentes os requisitos da preventiva”, disse.

Por outro lado, para casos futuros, Matos disse reconhecer a necessidade de se aprofundar o debate em torno da impossibilidade de se conceder fiança nas prisões preventivas. “A nosso ver, deve-se entender como crimes inafiançáveis apenas quando considerados em abstracto, em face de definição constitucional e legal, de que são exemplos o racismo, a tortura, o tráfico, o terrorismo, a ação de grupos armados, aqueles contra a ordem constitucional e o Estado Democrático e os hediondos e equiparados”, afirmou.

O advogado do deputado Chiquinho Brazão (expulso do União Brasil), Cleber Lopes, contestou que haja estado de flagrante para justificar a prisão do parlamentar. “Na CCJ, pretendeu-se construir a ideia de que havia estado de flagrância e que o crime era inafiançável. Se houvesse estado de flagrante, será que a Polícia Federal não o teria prendido em flagrante?”, questionou.

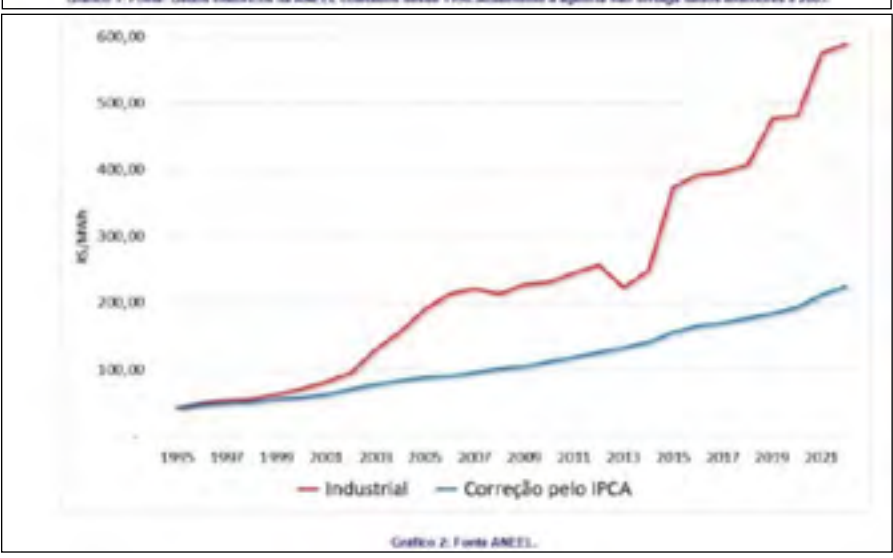
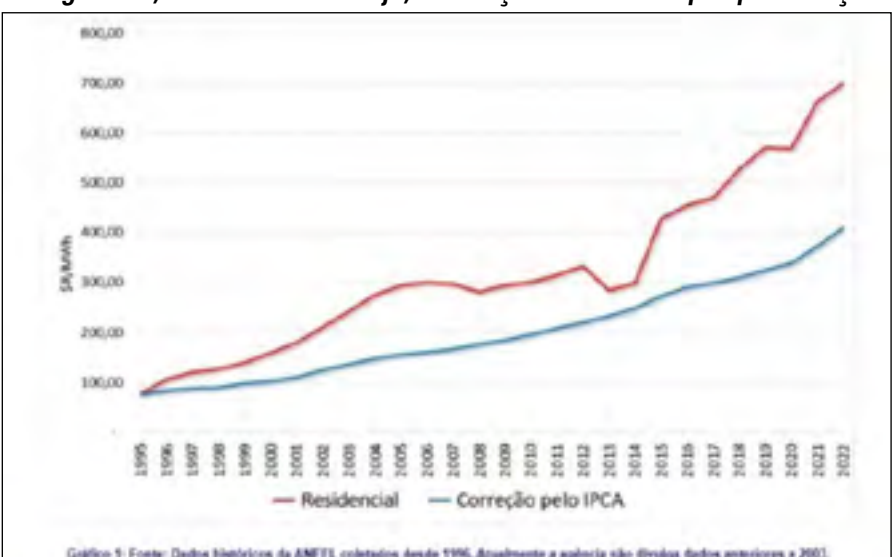
Além do deputado federal, é acusado de mandante do crime o seu irmão, Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. O processo passou a tramitar no Supremo porque ambos têm foro privilegiado. Ao final da sessão, o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arthur Lira (PP-AL), informou que encaminhará a decisão dos parlamentares para o Supremo Tribunal Federal.



Reprodução

Ikaro Chaves e Roberto D'Araújo, especialistas do setor elétrico brasileiro

Nos gráficos, de Roberto D'Araújo, a elevação das tarifas após privatizações



Investigada em Haia por crimes hediondos em Gaza, ditadura israelense volta a atacar o Brasil

Completamente desgastada e isolada mundialmente pelos crimes cometidos em Gaza, a ditadura israelense busca criar polêmicas com o governo brasileiro para tentar desviar a atenção do mundo sobre as atrocidades cometidas quase diariamente por eles contra mulheres e crianças palestinas.

O fascista escalado mais uma vez para expelir seu ódio ao Brasil foi o ministro das Relações Exteriores israelense, Israel Katz. Ele se aliou ao bilionário americano Elon Musk nos ataques e insultos ao Brasil e aos brasileiros.

O representante do regime israelense disse que quem deveria ser bloqueado ou censurado no X (ex-Twitter) é o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Aliás, não é à toa que seu tema é a censura. Esta é a especialidade do governo israelense. Dezenas de jornalistas foram assassinados por eles, TVs e sites de notícias foram proibidos de atuar no país. Esta semana foi fechada a sede da rede Al Jazeera em Tel Aviv. A ordem de Netanyahu é esconder os crimes perpetrados por seu governo contra a população de Gaza.

Sentado sobre o governo que mais crimes tem cometido contra civis no mundo e que mente e distorce os fatos como poucas vezes de viu na história da humanidade, Katz afirmou que o presidente Lula tem o “hábito de censurar e distorcer a verdade”. Pura projeção. Recentemente, as forças israelenses bombardearam um comboio de ajuda humanitária

PF aprofunda investigação das joias surrupiadas por Bolsonaro e envia equipe aos Estados Unidos

A Polícia Federal vai enviar, ainda em abril, uma equipe para os Estados Unidos para aprofundar a investigação sobre as joias vendidas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro depois de desviadas e levadas para o exterior no avião presidencial.

Os investigadores usarão a viagem para descobrir como se deu o contato entre os aliados de Jair Bolsonaro e as lojas de joias.

Eles também buscarão revelar para quem foram essas pessoas repassaram o dinheiro da

Para Roberto D’Araújo, “o governo vai adotar uma intervenção sem um diagnóstico sobre a elevação da tarifa de energia”. Já Ikaro Chaves afirma que, além de não enfrentar os problemas estruturantes, “legitima a privatização da Eletrobrás”

O presidente Lula assinou na terça-feira (9) uma medida provisória com o objetivo de diminuir a conta de luz em 3,5% neste ano. Para atingir esse objetivo, a MP determina a antecipação dos recursos previstos na lei de privatização da Eletrobrás para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) com o objetivo de destiná-los ao pagamento da “conta Covid” – quando as distribuidoras ficaram sobrecarregadas, pela queda de demanda – e da “conta escassez hídrica” – quando elas contratarem energia mais cara.

MP QUESTIONADA
A reação à MP foi muito forte e Lula resolveu ouvir especialistas da área de energia. Após a reunião realizada nesta quarta-feira (10), o presidente determinou a criação de um grupo de trabalho para propor um novo programa energético capaz de reduzir a conta de luz com medidas estruturais. Segundo o setor de energia, a MP tem um efeito inverso: faz redução momentânea de curto prazo mas eleva o preço para o consumidor no longo prazo.

A MP prevê ainda a extensão dos subsídios para os usuários de energia fotovoltaica. Os recursos previstos pela medida provisória viriam da antecipação de cerca de R\$ 26 bilhões da Eletrobrás, que seriam depositados na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE); do fundo regional do Norte previsto na privatização da Eletrobrás, que seria usado nas tarifas dos estados da região – entre eles, o Amapá e de investimentos obrigatórios em pesquisa, desenvolvimento e eficiência energética por parte das distribuidoras.

Especialistas do setor ouvidos pelo HP também avaliam que a medida, apesar de dar um pequeno alívio imediato nas tarifas, trará problemas futuros. “Na realidade, mais uma vez, o governo vai adotar uma intervenção sem um diagnóstico sobre a elevação da tarifa de energia”, aponta **Roberto D’Araújo**, ex-diretor do Instituto Ilumina. Ele tem denunciado que, após as privatizações, ao contrário dos que defendiam as vendas das empresas públicas, as tarifas de energia subiram muito mais do que a inflação no Brasil.

“Esse ônus originado da venda do controle acionário da Eletrobrás jamais deveria ser usado para compensar altas tarifárias, pois é parte de um ativo que era do estado”, acrescenta. “A mesma equivocada política adotada pela Dilma na MP 579”, aponta o engenheiro, destacando que as decisões sem um diagnóstico claro “estão criando um caos no setor elétrico”, enfatizou, ainda.

SEM PLANEJAMENTO
“O que deveria deixar qualquer um pasmo é que hoje o preço spot do mercado livre está no seu valor mínimo há quase 2 anos”, aponta Roberto D’Araújo. “A pergunta que deveríamos fazer é: Sem subsídios haveria investimento privado? Sem parceria da Eletrobrás haveria investimento privado em hidroelétricas?” “O que agrava ainda mais é que a expansão dessas novas renováveis não resultou de um planejamento”, complementa.

Ikaro Chaves, ex-dirigente sindical e ex-conselheiro eleito do Conselho de Administração (Consad) da Eletronorte, também critica a medida. Segundo ele, “a ideia do governo atual é fazer um empréstimo com bancos, pegar esses 27 bilhões de reais que a Eletrobrás deve em 30 anos para a CDE, e que seriam antecipados pelos bancos, e vão quitar as contas da covid e da escassez hídrica”.

“Ele vai dar como garantia para o empréstimo os recursos que tem a receber da Eletrobrás. E como se ele fizesse uma antecipação, só que com pagamento de juros. É uma engenharia financeira que vai trazer um alívio no curto prazo. Serão usados também no abatimento das dívidas dos recursos, em torno de 9 bilhões de reais, que a Eletrobrás tem que pagar em 30 anos para a CDE, que seriam destinados à proteção de bacias hidrográficas”, diz Ikaro.

NÃO RESOLVE
“Essa antecipação”, afirma o ex-sindicalista, “não resolve nenhum dos problemas estruturantes do setor elétrico, que começaram há 30 anos, com a privatização e a mercantilização do sistema”. “O resultado dessas privatizações e da mercantilização do sistema, nós estamos vendo hoje. A conta de luz dos brasileiros, que era das mais baratas do mundo – um diferencial, inclusive para a nossa industrialização -, que já era uma

Moraes: “liberdade de expressão não é liberdade de defesa da tirania”

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), manifestou-se publicamente, na quarta-feira (10), sobre a polêmica iniciada pelo bilionário Elon Musk, dono da rede social X/ Twitter.

“Tenho absoluta convicção de que o STF, a população brasileira e as pessoas de bem sabem que liberdade de expressão não é liberdade de agressão. Sabem que liberdade de expressão não é liberdade de defesa da tirania. E talvez alguns alienígenas não saibam, mas passaram a aprender e tiveram conhecimento da coragem e seriedade do Poder Judiciário brasileiro”, declarou o ministro.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva

(PT) relacionou as críticas do bilionário com o avanço da extrema-direita, por aqui e no mundo. Na quarta-feira, Lula chamou o dono do X de “empresário americano que nunca produziu um pé de cavim”, no Brasil.

Musk, por sua vez, escreveu na plataforma que o deputado bolsonarista Nikolas Ferreira (PL-MG) é “homem corajoso” — após o parlamentar publicar o vídeo de discurso no qual critica o STF e diz que Lula é “ladrão que deveria estar preso”.

Por essa razão, a PF (Polícia Federal) vai abrir investigação contra o deputado bolsonarista, que usa o mandato parlamentar e as redes digitais para ganhar dinheiro, espalhar mentiras (fake news), estimular ódios e preconceitos e mobilizar apoiadores para “linchamentos digitais”.

energia limpa, renovável e barata, que ajudou a industrialização do Brasil, a partir do momento em que o processo de privatização começou, tivemos um encarecimento progressivo da conta de luz. Além disso, estamos vendo uma piora na qualidade dos serviços em todo o país, não é só em São Paulo, mas em todo o país”, denunciou.

“A Eletrobrás foi vendida por 67 bilhões de reais. Desse valor, o governo ficou com 30 bilhões de reais. A CDE receberia 32 bilhões de reais em 30 anos”, explicou Ikaro. “Esta conta recebe 40 bilhões por ano, pagos pelo consumidor. Isso corresponde a 15% da tarifa de energia”, aponta o engenheiro.

“No governo Bolsonaro, parte dos 32 bilhões de reais foram usados para reduzir o impacto da CDE”, apontou Ikaro. Esse compromisso da Eletrobrás, segundo o especialista, corresponde a cerca de 400 milhões de reais que são repassados por ano. Ele explica que, em 2022, “o governo resolveu antecipar 5 bilhões de reais dos recursos da privatização para colocar na CDE, com objetivo de obter uma redução momentânea nas tarifas. Sobraram 27 bilhões de reais”.

RECURSOS FARÃO ALTA

Na opinião de Ikaro Chaves, “a antecipação proposta pela MP atual alivia no curto prazo, mas no longo prazo, isso vai ter impacto”. “É uma antecipação de recursos que farão falta na frente. É o mesmo que antecipação do décimo terceiro, alivia agora, mas depois aperta e ainda vai pagar juros sobre esse adiantamento”, apontou.

“É uma antecipação de recursos que farão falta na frente. É o mesmo que antecipação do décimo terceiro, alivia agora, mas depois aperta e ainda vai pagar juros sobre esse adiantamento”.

“Além disso”, alertou, “essa antecipação legitima a privatização da Eletrobrás, porque vai ser usado o recurso da privatização”. “Uma eventual reestatização da Eletrobrás fica descartada e a oferta de energia barata, como ela fazia no passado fica praticamente inviabilizada com o uso desses recursos, afinal, esse financiamento vai ter que ser pago”, afirmou o dirigente sindical.

“Essa é a lógica da privatização. No curto prazo alivia as tarifas e no longo prazo há a elevação das tarifas. Com isso, o governo dá um arremate na privatização da Eletrobrás. Isso mata qualquer possibilidade do Brasil retomar sua soberania energética. Tudo isso para reduzir a cota de luz por um ou dois anos”, complementa.

DESNECESSÁRIO

“Outra coisa grave”, diz ele, “é a extensão do subsídio para a energia fotovoltaica”. “Hoje o maior impacto na conta de desenvolvimento energético, que é paga pelo consumidor, inclusive os mais pobres, que não têm dinheiro para colocar um sistema desses em casa, é este subsídio. As famílias mais pobres estão subsidiando as famílias mais ricas e as empresas porque qualquer empresa pode colocar um sistema desses. Hoje esse subsídio não faz nenhum sentido”, afirma Ikaro.

Ele conta que havia um projeto no Congresso de ampliação do prazo deste subsídio. “No governo passado foi feito um outro projeto com um prazo para a existência deste subsídio. Abriu-se então um período que foi chamado de ‘corrida do ouro’ da energia fotovoltaica. Porque foi criada uma janela de oportunidades que terminou em janeiro de 2023 para projetos fotovoltaicos com o subsídio. Houve uma pressão muito grande do setor para estender essa janela em que eles poderiam usar os subsídios. O projeto de extensão dos subsídios havia sido engavetado e, agora, no governo Lula, vem a proposta de estender os subsídios. Isso vai trazer mais impacto para a conta de luz”, denuncia.

Ikaro diz que “as associações de consumidores estão protestando porque há uma redução de tarifas no curto prazo, justifica-se ideologicamente a privatização da Eletrobrás, dificulta qualquer perspectiva de reestatização da empresa e traz mais um aumento estruturante da conta de luz”. “O Brasil tem energia sobrando hoje, principalmente de energia fotovoltaica. Se o Brasil colocasse todos os projetos de fotovoltaicas que ele tem em funcionamento, não haveria para onde escoar essa energia toda. Falta linha de transmissão, falta capacidade de armazenamento, falta regulação, mas não falta energia”, completa.

SÉRGIO CRUZ

Maioria da população de São Paulo é contra a privatização da Sabesp

Vacinados com o desastre da Enel no Estado, 52% dos paulistas repudiam a entrega da maior empresa de saneamento da América Latina para a iniciativa privada

A maioria da população paulista é contrária à privatização da Sabesp, cujo leilão está previsto para o segundo semestre. É o que mostra uma pesquisa inédita feita pela Quaest entre os dias 4 e 7 de abril com 1.640 entrevistados. Segundo o levantamento, 52% se opõem à venda da empresa de saneamento básico e 36% se declararam a favor. (4% não são “nem contra e nem a favor” e 8% não quiseram responder).

A informação é da coluna de Lauro Jardim, em o Globo, divulgada neste domingo (14/04). “O resultado, ninguém duvida, foi fortemente influenciado pelo desastroso desempenho da Enel nos últimos seis meses”, analisa o jornalista.

Ao contrário da Enel, privatizada, e que presta péssimos serviços aos consumidores paulistas, a Sabesp, uma empresa de economia mista controlada pelo governo do Estado, a Sabesp atende muito bem às demandas da população.

Dados do Censo 2022 divulgados em fevereiro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o estado de São Paulo é o que tem o melhor serviço de esgoto do país: 90,8% da população tem acesso ao sistema de coleta, enquanto a média nacional é 62,5% e, no Amapá, o atendimento é de 11%.

A conquista da população paulista tem a ver com o trabalho da Companhia nos municípios onde atua. Das 645 cidades de São Paulo, a empresa é a responsável pela coleta de esgoto em 375, ou seja, 58%.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema), o percentual de residências atendidas pelo serviço de coleta de resíduos pela empresa é de cerca de 94%, o que puxa para cima a média paulista.

Além disso, a Sabesp tem condições de atender às metas

do Novo Marco Legal do Saneamento, um dos argumentos dos privatistas para entregar a companhia à iniciativa privada.” E o seguinte, eles esquecem de falar que, hoje, dos 375 municípios que a Sabesp opera, nós já temos 305 municípios totalmente universalizado o saneamento”, adianta Amauri Pollachi, especialista em recursos hídricos e diretor da Associação de Profissionais Universitários da Sabesp (APU).

Outro ponto para justificar a privatização da Sabesp é o reconhecimento de que o acesso à água potável e ao saneamento básico é um direito humano fundamental. Está em trâmite uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) na Câmara dos Deputados que visa introduzir na Constituição Federal à garantia do acesso à água como um direito de todos e todas no Brasil.

Amauri destaca a importância desse reconhecimento, enfatizando que o direito à água deve ser garantido para toda a população, sem distinção de condição social. “A Sabesp sempre teve um equilíbrio entre o atendimento social e o resultado financeiro”, diz o especialista, reafirmando que a Sabesp já demonstrou um compromisso sólido com o atendimento social.

“Atualmente, a empresa oferece tarifas sociais de água e esgoto, com famílias de baixa renda pagando apenas R\$ 27,00 por mês para o consumo de 10 mil litros de água. Além disso, existe uma tarifa ainda mais baixa, a “tarifa vulnerável”, que beneficia as pessoas em situação de miserabilidade mais extrema, permitindo que arquem com apenas R\$ 17,00 por mês pelos mesmos 10 mil litros de água. Essas políticas sociais, que asseguram o acesso à água a preços acessíveis, evidenciam que a Sabesp está comprometida com o bem-estar da população, algo que não é comum em empresas privatizadas.

Consideradas prioritárias, 3.783 obras paralisadas da Educação não foram retomadas pelo MEC

O governo federal ainda não retomou nenhuma das 3.783 obras de educação básica paradas em todo país após quase um ano do anúncio de um grande plano para destravar as construções. A retomada foi apresentada como prioridade pelo presidente Lula em 2023.

De acordo com levantamento realizado pela Folha de S.Paulo, o Ministério da Educação (MEC), comandado por Camilo Santana, não conseguiu fechar um único termo de compromisso com prefeituras para permitir ao menos a retomada das obras.

Segundo os dados, seis em cada dez obras paradas são construções de escolas. Além de quadras, coberturas, reformas e ampliações de salas de aula. Cerca de 80% delas, estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste, sendo metade delas nos estados do Maranhão, Pará, Bahia e Ceará.

O maior volume de construções abandonadas é de educação infantil com 1.317 obras paradas, o que equivale a 35%.

Ainda segundo a pesquisa, do total de obras, 90% foram iniciadas entre os anos 2007 e 2014, ainda nos governos petistas. Apenas 5% são de contratações feitas após 2019, nos governos Temer e Bolsonaro.

O órgão responsável pelas transferências e repactuações dos contratos é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ligado ao Ministério da Educação. As construções são financiadas pelo governo e os processos de contra-

tação pelas prefeituras e gestões estaduais.

De acordo com dados do FNDE, todos os estados têm esqueletos de escolas e 17 estados têm mais de 100 obras paradas.

O Maranhão é o local com mais construções paradas, são 847, representando 15% do total no país. Em seguida, vem Pará e Bahia, com 620 e 616 obras paralisadas respectivamente.

Durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), a Educação lidou com orçamentos reduzidos e repasses travados, o que não permitiu que a situação avançasse.

A direção do FNDE afirmou que o motivo da demora é toda a burocracia do processo, que passa por muitas etapas, além de contar também com os municípios.

“A retomada depende em larga medida da proatividade dos entes federativos no levantamento e envio da correta documentação e cumprimento de todas as etapas e diligências”, afirma o fundo.

Vale destacar que retomadas de obras paradas, sobretudo de creches, foi uma promessa do de Lula desde o início do governo. O presidente planeja inaugurações dessas obras, pois o tema é tratado como prioridade no Palácio do Planalto.

Porém, até agora, o MEC não deu início a nenhuma obra com recursos federais desde o início do governo. Somente foram finalizadas construções que já estavam em execução.



Segundo a pesquisa, 52% se opõem à venda da empresa e 36% a favor

PF aponta riscos dos cortes no orçamento e pede verba suplementar de R\$ 527 milhões para operações

Um ofício enviado ao Ministério de Justiça e Segurança Pública pela Polícia Federal (PF) pede uma verba suplementar de R\$ 527 milhões. Os agentes federais alertam para o risco de paralisarem as operações e as investigações a partir de setembro caso a recomposição do orçamento não seja realizada.

Na quinta-feira (11), o Ministério do Planejamento e Orçamento cortou cerca de R\$ 133 milhões da verba da Polícia Federal. A LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2024 reduziu o orçamento da corporação em R\$ 70 milhões. Ao todo, desde 2023, a PF teve um corte de R\$ 203 milhões.

De acordo com o documento enviado para o ministro Ricardo Lewandowski, a PF demonstra os gastos excedentes com operações que estavam fora do planejamento. Dentre elas, a Operação Amas, que amplia a presença das forças de segurança na Amazônia com custo de R\$ 122 milhões; a GLO (Garantia da Lei e da Ordem) em portos e aeroportos no Rio e São Paulo que gera um custo de R\$ 79 milhões; a Segurança no G20, que custou R\$ 58 milhões. e o Controle dos CACs (caçadores, atradores e colecionadores), que gerou um gasto de R\$ 65 milhões.

A operação Lesa Pátria, que investiga financiadores dos atos extremistas do 8 de Janeiro, também está ameaçada pelo corte de orçamento. A ação Argos, que mira crimes transfronteiriços, é outra que pode ser afetada.

Além disso, a PF estima novos gastos com as ações na Terra Indígena Yanomami e com o Enfoc (Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas). Além disso, agentes da Polícia Federal listaram problemas que enfrentam durante operações nos estados e informaram à



Orçamento da PF foi reduzido em R\$ 203 milhões

direção da corporação que a falta de combustíveis para as viaturas é um entrave para cumprimento de mandados judiciais, principalmente em cidades distantes.

“Há informes relacionados à escassez de combustível para o abastecimento de viaturas policiais, o que tem provocado o adiamento de missões e os trabalhos contemplados ocorrem em meio a grande dificuldade para a sua obtenção”, diz o ofício.

Segundo os policiais federais, em algumas missões, os agentes acabam tendo que gastar dinheiro do próprio bolso.

“No que diz respeito às diárias, por exemplo, podemos citar o atraso no pagamento de tal indenização aos policiais federais que atuam na área de segurança de dignitários, cujos relatos informam haver atrasos de mais de 30 dias para o recebimento das diárias, bem como há alguns casos em que ainda não ocorreu o pagamento”, diz o documento da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapof).

A Polícia Federal afirma que, se o valor não for revisado, a emissão de passaporte ficará afetada a partir de

setembro. Outros setores, no entanto, podem parar já no mês que vem.

Delegados afirmam que, após o anúncio do contingenciamento, algumas delegacias da PF nos estados já avisaram que podem rescindir contratos com terceirizados e diminuir atendimento nos aeroportos – tanto na parte de passaporte, quanto de migração.

SUSTENTABILIDADE

Sobre o corte de verbas na Polícia Federal, o Ministério da Justiça e Segurança Pública informou em nota que reconhece que remanejamentos e cortes orçamentários ocorrem para enquadramento no Regime Fiscal Sustentável, em nome da sustentabilidade fiscal do país.

A pasta afirmou que o secretário-executivo da pasta, Manoel Carlos de Almeida Neto, já está em tratativas com a Junta de Execução Orçamentária para que seja viabilizada a recomposição de parte do orçamento previsto “para minimizar os impactos na execução das ações previstas para 2024”.

Presidente da Câmara de São Paulo defende novo estudo sobre privatização da Sabesp

O presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite (União Brasil) defende que a gestão Ricardo Nunes (MDB) contrate uma empresa independente para realizar um estudo para avaliar se há vantagem ou não para o município no modelo de privatização da Sabesp proposto pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Na reunião de líderes da Câmara na terça-feira (9), Leite afirmou que a Comissão de Finanças da Casa não tem métricas para definir se a capital vai se beneficiar ou não da venda. O contrato de fornecimento de água e coleta de esgoto entre a Sabesp e a capital paulista tem uma cláusula que prevê que, caso a empresa seja privatizada, a mudança precisa ser autorizada pelo legislativo paulistano.

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo realizará

a primeira Audiência Pública sobre o PL (Projeto de Lei) 163/2024, do Executivo, que possibilita a adesão da capital à privatização da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo). O debate está agendado para a próxima segunda-feira (15/4), a partir das 17h, e acontecerá no Palácio Anchieta, sede do Legislativo paulistano.

Milton Leite (União Brasil) defendeu que as audiências públicas sobre a privatização da Sabesp sejam realizadas em áreas de mananciais das represas Billings e Guarapiranga afetadas por problemas de saneamento básico.

“Por que eu falo do Jardim Vera Cruz? Porque tem falta de água. Ou [no bairro] Novo Horizonte, onde queiram. Tem falta de água, as bombas de esgoto não funcionam. Tem uma série de problemas que a Sabesp apresenta que são graves”, afirmou Leite.

Para garantir um amplo debate, serão realizadas audiências dentro da Câmara e também nos bairros.

A cidade de São Paulo corresponde a 55% do faturamento da empresa, fator decisivo para atrair possíveis compradores, e por isso o debate na Câmara Municipal é olhado com atenção pelo governo estadual.

Em dezembro passado, após uma tramitação acelerada e apenas uma audiência pública, a gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) conseguiu a autorização da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) para privatizar a companhia. Em março, no passo seguinte rumo à efetiva privatização, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) encaminhou um projeto de lei autorizando o município a firmar novos contratos, convênios e acordos para os serviços de água e esgotamento sanitário em São Paulo.



Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos

“Participação popular trará contribuirá para a ciência, tecnologia e inovação brasileira”

Mais de 700 pessoas participaram, em Vila Velha, no Espírito Santo, da etapa Sudeste da 5ª Conferência Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5CNCTI), realizada nesta semana, que discutiu as questões de inovação e tecnologia no país. O evento contou com a presença da ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos.

A ministra Luciana Santos falou sobre a escolha do Sudeste como pontapé inicial para as etapas regionais e a importância da região no setor de CT&I para o desenvolvimento do Brasil.

“O Sudeste se consolidou como importante polo de geração de conhecimento científico e de inovação. Aqui, estão presentes muitas das instituições vinculadas ao nosso ministério, como é o caso do Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA), do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEN), entre outras. Então tenho certeza de que esse evento será de grande importância para chegarmos ao final desse processo com o resultado esperado, que é apontar as perspectivas de futuro para a ciência e tecnologia, de maneira que elas possam dar sua contribuição para o Brasil superar os grandes desafios nacionais”, colocou a ministra.

Ainda de acordo com ela, o país está vivendo um novo tempo de reconstrução e o desenvolvimento buscado precisa ser em novas bases, em bases sustentáveis e inovadoras. “E isso só conseguiremos fazer com Ciência, Tecnologia e Inovação, fazendo com que a nossa produção científica se converta em produtos, processos e serviços que ajudem no desenvolvimento e melhorem a vida da nossa gente. Por isso, esse evento é tão importante”, pontuou.

Para Caio Guilherme, diretor de Ciência e Tecnologia da União Nacional dos Estudantes (UNE), o evento é fundamental para pontuar a abertura de bolsas de ciência e tecnologia nas universidades.

“Foram dois dias importantes, conseguimos reunir aqui o Governo do Estado de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, infelizmente não contamos com nenhum representante do Governo de São Paulo, mas de modo geral foram debates interessantes, onde os Estados apresentaram o que foi debatido nas conferências de cada estado e apresentaram diretrizes importantes de seus governos e nos da UNE, junto aos estudantes, discutimos o que nos interessa ao estudante, levar para a Conferência Nacional a questão da bolsa de estudo para iniciação científica, estudantes da pós-graduação, que é o que nos acomete e um debate forte da necessidade de você ter um projeto de inovação principalmente para se atender às demandas que se aplicam hoje, que se tem hoje do ponto de vista de indústria, atendendo às questões de digitalização e tecnologia, e o debate também sobre a preservação do meio ambiente, onde é fundamental fazer ciência sustentável, a produção científica mais sustentável, e isso, pensar o desenvolvimento do Brasil de uma forma mais sustentável”, disse Caio Guilherme.

O secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti) do Espírito Santo, Bruno Lama, ressaltou que a conferência regional é uma oportunidade de debate e entrega de resultados das conferências estaduais realizadas no Sudeste. “Estamos abertos a colaborações para compartilharmos conquistas e aprendermos com outros estados e regiões. Juntos, podemos enfrentar desafios complexos e criar impactos positivos e duradouros para nossa sociedade”, reforçou.

Para a reitora de Universidade de Vila Velha, Denise Endrigger, é preciso fortalecer a inclusão na ciência: “A ciência é feita de pessoas, com inovação e recursos. Precisamos ter a sensibilidade da inclusão de alunos, professores e os diferentes pensares dentro da ciência.” A reitora acrescentou a importância da escuta ativa da sociedade para que as soluções apareçam.



Proposta do governo é uma violência contra servidores, afirmam docentes



Em reunião com o funcionalismo, governo manteve congelamento salarial



Funcionários da Caixa repudiam transferência de loterias para subsidiária: "Privatização disfarçada"

O Conselho de Administração da Caixa (CA/ Caixa) pautou para a próxima segunda-feira (15) a votação da transferência da operação das loterias para uma empresa subsidiária. A Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) divulgou nota afirmando que a medida pode representar uma ameaça de "privatização disfarçada", colocando em risco bilhões de reais atualmente destinados a políticas sociais.

A entidade afirmou que vem se mobilizando contra a proposta de transferência da gestão das loterias da Caixa. De acordo com o presidente da Federação, Sergio Takemoto, os mais prejudicados por essa medida não serão apenas o banco e seus empregados, mas a sociedade e a população beneficiária das políticas sociais que recebem recursos da arrecadação dos jogos. Takemoto lembra que cerca de 40% da arrecadação são repassadas para áreas de saúde, segurança social, esporte, cultura, segurança pública e educação, incluindo programas como o Fies.

De acordo com a Fenae, apenas em 2023, dos R\$ 23,4 bilhões arrecadados, R\$ 9,2 bilhões foram direcionados para essas áreas sociais. "Transferir as loterias é comprometer o acesso da população a oportunidades de educação e desenvolvimento", disse.

"Transferir as operações para uma subsidiária é abrir as portas para a privatização e colocar em risco o destino desses recursos. Se privatizadas, essa soma bilionária, atualmente revertida em benefício da sociedade, será desviada para lucro de empresários", alertou o presidente da Fenae.

A Fenae afirmou que tem se posicionado contra a medida desde que tomou conhecimento, por meio da imprensa, da discussão do assunto em reunião do Conselho de Administração. No dia 18 de março, a entidade realizou uma manifestação em frente à matriz do banco e, no mesmo dia, enviou ofício ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, expressando preocupação com a transferência da operação das loterias.

A Fenae também articulou no Congresso Na-

cional a realização de uma audiência pública para discutir o assunto, liderada pelos deputados Erika Kokay (PT/DF) e Tadeu Veneri (PT/PR). A audiência aconteceu no dia 3 de abril. "É uma proposta que não tem clareza de quais são os parâmetros. Faremos um movimento conjunto para buscarmos a suspensão dessa possível medida e queremos a abertura de uma discussão transparente. Falta de transparência não combina com democracia", afirmou Kokay na ocasião.

Sergio Takemoto enfatizou ainda a importância de se ter uma mobilização de trabalhadores e do conjunto da sociedade em defesa da Caixa e da manutenção das loterias sob sua gestão, contra a transferência das loterias. "Será um dano irreparável às áreas sociais que recebem repasse da arrecadação. Por isso, é de extrema importância que os empregados da Caixa e também toda a sociedade intensifiquem as mobilizações junto aos parlamentares para se engajarem nesta luta. É um dever social", destacou Takemoto.

Governo federal manteve 0% de reajuste e dissolveu negociação nacional com servidores

Mais uma vez, a Mesa Nacional de Negociação Permanente entre o governo e as entidades dos servidores públicos federais, para discutir a reivindicação de reajuste salarial deste ano, foi um banho de água fria no funcionalismo.

Após o ministro da fazenda, Fernando Haddad, ter afirmado pela manhã que o reajuste para este ano está descartado e que "a equipe está fazendo cálculos para ver se há espaço para reajuste aos servidores nos próximos anos", sua fala foi confirmada à tarde, na reunião de negociação entre o Ministério da Gestão e Inovação e os servidores. No encontro, a União manteve o reajuste zero em 2024, se comprometendo apenas em negociar nas mesas específicas das categorias, dissolvendo a Mesa Nacional de Negociação.

Na reunião, o secretário de Relações de Trabalho, José Lopez Feijóo, apresentou um Termo de Compromisso de Campanha Salarial 2024. De acordo com as cláusulas do termo, o governo promete o reajuste em benefícios assistenciais, a partir de 1º de maio de 24; afirma que "as negociações relativas à estruturação de carreiras e reajustes de remuneração ocorrerão no âmbito das mesas específicas e temporárias que deverão ser instaladas até o mês de julho de 2024", e ainda ameaçou, para conter a intensa mobilização da categoria, que "durante o processo de negociação, a interrupção total ou parcial dos serviços públicos implicará a suspensão das negociações em curso por uma categoria".

Para o presidente do Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, "diversas categorias já estão em greve ou em paralisações esporádicas. Logo, não

podemos compactuar com o parágrafo 1º da Cláusula 2a.", afirmou, referindo-se a cláusula que diz que greves e paralisações implicarão a suspensão das negociações.

No final da tarde, o Fórum informou que a ameaça contra as greves foi retirada do termo. "O secretário de Relações do Trabalho (SRT), José Lopez Feijóo, ligou para o presidente do Fonacate, Rudinei Marques, no começo da noite desta quarta-feira e disse que governo atendeu à reivindicação das entidades para tirar o parágrafo 2º da cláusula II do Termo de Compromisso da Campanha Salarial de 2024".

"Ninguém tolerou restrição às greves. E as manifestações, durante o anúncio desta cláusula, foram assertivas por parte das entidades do Fonacate. O governo, sentindo o peso da manifestação das entidades, julgou por bem retirar a cláusula", diz a entidade.

Segundo Marques, "as entidades representativas dos servidores públicos federais consultarão suas bases para dar uma resposta ao governo até a próxima segunda-feira, dia 15 de abril, porque a data é o prazo final para sair a Portaria reajustando os benefícios."

Ainda na quarta-feira o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) reafirmou a greve da categoria, que estava marcada para o início desta semana.

Segundo o presidente do ANDES-SN, Gustavo Seferian, o resultado da reunião "expressa uma série de violências ao conjunto dos servidores e servidoras. De início, por encolher a já reduzida proposta que existia até então: seguem mantidos apenas os acréscimos nos benefícios, projetando toda e qualquer recomposição remuneratória para as negociações setoriais".

Haddad nega reajuste a servidores: "Orçamento de 2024 está fechado"

Nesta quarta-feira (10), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que está descartado o reajuste salarial reivindicado pelos servidores federais. A afirmação se dá no mesmo dia em que as entidades que representam o funcionalismo público se reúnem com o Ministério da Gestão e Inovação (MGI), em mais uma rodada da Mesa Nacional de Negociação Permanente.

Em sua ânsia de zerar o déficit nas contas públicas neste ano, o ministro disse, em entrevista coletiva no Ministério da Fazenda, que "a equipe está fazendo cálculos para ver se há espaço para reajuste aos servidores nos próximos anos".

De acordo com o ministro, o "Orçamento de 2024 está fechado". Ele informou que a Junta de Execução Orçamentária (JEO) se reuniu hoje para atender a um pedido da ministra da Gestão, Esther Dweck, para verificar o espaço para possíveis reajustes aos servidores públicos até 2028.

Enquanto isso, os servidores pressionam cada vez mais por reajuste, com intensa mobilização das categorias dos diver-

sos setores do serviço público, com protestos, paralisações e greves. Para tentar debelar o movimento, o governo aceitou antecipar para a tarde de hoje a reunião da Mesa de Negociação Permanente com as entidades.

Para o presidente do Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, o governo tenta um acordo parcial para implementação dos benefícios já no mês de maio, o auxílio alimentação, que subiria para R\$ 1 mil, para atenuar as mobilizações que acontecem em todo o país.

Conforme o dirigente do Fonacate, o governo tirou da mesa a recomposição geral linear de 9%, com 4,5% em 2025 e 4,5% em 2026. Segundo Rudinei Marques, "tem umas 20 categorias com algum processo de mobilização, ou operação padrão, ou paralisações pontuais, ou mesmo greve. Quando algumas começam a se mobilizar, a tendência é que outras acompanhem. A intenção do governo, com implementação do auxílio [alimentação maior] já para maio, é estancar esse processo. Acho que não vai conseguir", avalia.

'Remuneração mínima é falaciosa', afirma procurador sobre Projeto de Lei para motoristas de aplicativos

Nas últimas semanas, especialistas e advogados trabalhistas vêm denunciando os graves riscos que o Projeto de Lei Complementar (PLC 12/2024), sobre a regulamentação das empresas operadoras de aplicativos de transporte, pode acarretar para os motoristas e também para o direito do trabalho.

O projeto, apresentado pelo Executivo Federal no dia 4 de março, causou euforia no movimento sindical, que considerou o texto um "grande avanço". Em nota, divulgada no último dia 5, as centrais sindicais afirmam que o texto determina "um piso remuneratório e de cobertura de custos", que "parte de R\$ 32,10 por hora, o que para uma jornada de oito horas ou 176 horas/mês garante uma remuneração base de R\$ 5.650,00."

De acordo com o texto do governo, esse valor, de R\$ 32,10, inclui o seguinte cálculo: "R\$ 8,03 (oito reais e três centavos), a título de retribuição pelos serviços prestados, e de R\$ 24,07 (vinte e quatro reais e sete centavos), a título de ressarcimento dos custos incorridos pelo trabalhador na prestação do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros", o que resultaria, como remuneração para o trabalhador, um total de R\$ 1.413,28 para 176 horas/mês.

Em entrevista ao HP, Ilan Fonseca, procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT), autor do estudo "Dirigindo Uber: Um estudo da subordinação jurídica a partir da etnografia", uma pesquisa para tese de doutorado apresentada à Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), comentou que, além desse valor se referir ao faturamento, e não ao lucro, do motorista, o PL "prevê a remuneração de R\$ 32,10 exclusivamente pela hora online desde a aceitação da corrida até o momento de desembarque do passageiro. Ou seja, o tempo à disposição, em que eu ficava e outros motoristas ficam aguardando corridas boas, não será remunerado".

"Enquanto o motorista está parado (maior parte do tempo) o PL nada prevê ou remunera, o que é um desastre", avalia. De acordo com o procurador, a reação dos trabalhadores de aplicativos, que vêm se manifestando contra o projeto, "é válida porque, em realidade, em algumas capitais, já se ganha mais do que R\$ 32,10 (seria o equivalente a três corridas de R\$ 10,00 cada) em um intervalo de uma hora". "Ademais, o maior risco disso é que atualmente, com o preço dinâmico (horários de maior pico em que plataformas cobram mais dos passageiros e pagam um pouco mais a motoristas) este valor poderia ser maior. Com a regulamentação, o que era pra ser um piso pode acabar sendo um teto, sem que motoristas possam reclamar, pois as plataformas estariam cumprindo a lei."

"A insatisfação é porque não há ganhos imediatos, a remuneração mínima é falaciosa - levando em conta a transferência dos riscos de uma atividade empresarial para as costas dos trabalhadores - e a proteção previdenciária aparenta ser uma vitória, mas o fato é que o INSS já deveria, desde a chegada das plataformas no Brasil, estar fiscalizando e cobrando tais valores de empresas como Uber e 99", afirma.

Para Ilan, "além disso, o PL perdeu a oportunidade de criar regras claras sobre o direcionamento das corridas, sobre os valores praticados (quilômetro rodado, categorias Comfort, preços dinâmicos, tudo isso é um mistério para a categoria), sobre o sistema de avaliações dos passageiros (5 estrelas apenas, numérico, como se o trabalhador fosse uma mercadoria, sem direito ao contraditório, sem possibilidade de exclusão de algumas avaliações), mas principalmente perdeu a oportunidade de proteger a segurança e saúde dos motoristas de aplicativo".

O procurador ressalta também que "a legitimação de uma jornada de trabalho de 12 horas [conforme previsto do PL] chega a ser ofensiva", e expõe trabalhadores e passageiros a riscos graves, com trabalhadores "dormindo ao volante". "Além de não caracterizar estes motoristas como empregados, como realmente são, o PL não vai melhorar o cotidiano dos motoristas", afirma.

PRECARIZAÇÃO LEGALIZADA

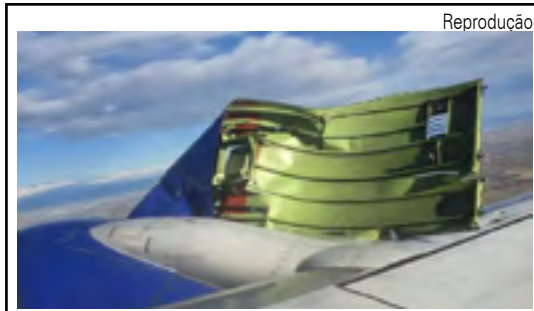
Outro risco apontado pelo procurador é a legitimação de um "novo gênero" de trabalho em que o patrão mantém o trabalhador subordinado a suas regras, numa situação em que não é "nem autônomo, nem trabalhador com carteira assinada", e como isso pode ser um precedente para que outros setores adotem essa relação, amparados pela lei.

"Você tem um trabalhador hoje que é de uma grande rede varejista e ele trabalha de forma subordinada, com ordens verbais diretas. Essa rede varejista vai falar assim: 'e se a gente criar uma plataforma digital?'. Então, ela vai fazer uma construção jurídica para dizer 'olha, a nossa situação é muito semelhante à da Uber. Ele trabalha com metas, ele se apresenta aqui no horário que quiser. É uma coincidência que ele apareça aqui sempre das 8h às 18h'. Isso representa um precedente perigosíssimo. O Brasil já vive com um índice de informalidade que beira sempre a 40%", declarou Ilan, ao portal Uol, no último dia 2 de abril.

JÚLIA CRUZ



Espanha conclama União Europeia a reconhecer Palestina como Estado pleno



Tampa de motor do Boeing bate na asa Boeing 737-800 faz pouso de emergência após queda de um pedaço do motor

Um voo da Southwest Airlines precisou fazer um pouso de emergência retornando ao Aeroporto Internacional de Denver no domingo (7), após a tampa do motor de um Boeing 737-800 cair durante a decolagem e atingir a asa, disse a Administração Federal de Aviação (FAA na sigla em inglês).

Desde janeiro, uma série de incidentes com aviões da Boeing reacendeu a crise na gigante norte-americana da aviação, em meio a denúncias sobre o controle de qualidade, levando à reabertura de investigação pela FAA e pelo Congresso dos EUA mais queda das ações na Bolsa, tendo como desdobramento a demissão imediata do chefe do setor de aeronaves civis da corporação, afastamento do executivo-chefe Dave Calhoun até o final do ano e novas juras de consertar os malfeitos.

O voo 3695 da Southwest Airlines tinha como destino Houston, mas retornou ao aeroporto de Denver por volta das 8 horas e 15 minutos, depois que a tripulação relatou que a capota do motor caiu.

O avião, que transportava 135 passageiros e cinco tripulantes, foi rebocado de volta ao portão. A FAA abriu uma investigação do caso.

Em comunicado, a Southwest Airlines disse que suas equipes de manutenção estavam revisando a aeronave. A empresa acrescentou que os passageiros embarcaram em outro avião e chegaram ao aeroporto William P. Hobby, em Houston, com aproximadamente 3 horas de atraso.

Um vídeo feito de uma janela perto da asa do avião, postado nas redes sociais, mostrou uma capota azul soltando do motor e girando com o vento enquanto o avião se movia pela pista antes que grande parte dela finalmente caísse.

“Vamos declarar uma emergência para Southwest 3695 e gostaríamos de um retorno imediato. Temos um pedaço da capota do motor pendurado”, avisou a tripulação ao controlador de tráfego aéreo.

DE NOVO E DE NOVO

O incidente deste domingo foi precedido por outros episódios, iniciados pela emergência no dia 5 de janeiro no voo 1282 da Alaska Airlines, quando um Boeing 737 Max 9, perdeu parte de sua fuselagem (estrutura que abriga a cabine de passageiros), uma porta, quando voava a 4.900 metros de altura.

“Deixou um buraco no avião do tamanho de uma geladeira”, segundo um passageiro. “Foi realmente brutal. Mal alcançamos a altitude e o painel da janela se soltou”, testemunhou o passageiro.

Inspeções de emergência realizadas pela Alaska Airlines e pela United encontraram peças soltas em várias aeronaves. A United Airlines revelou que múltiplos parafusos soltos foram encontrados em várias aeronaves 737 Max 9.

Os incidentes expuseram que a decadência da Boeing, que ficara patente em 2018 com a queda de dois Boeing 737 Max 8 em seis meses por erro de projeto, que causaram 346 mortos, e levaram à suspensão da operação do modelo no mundo inteiro por 20 meses.

Agora estão no centro dos debates os problemas com o controle de qualidade, em especial com a fornecedora de fuselagem Spirit AeroSystems, aliás, um braço da própria Boeing que foi vendido para terceiros.

A queda da porta do 737 Max 9 da Alaska Airlines levou à suspensão, por três semanas, dos voos de 171 jatos que têm o mesmo “plugue de porta” que se soltou. Na verdade, uma terceira porta que é desativada na configuração mais espaçosa de poltronas. O aparelho estava em serviço há apenas oito semanas.

REPUTAÇÃO ARRUINADA

Tamanho foi o escândalo, que Calhoun reconheceu que houve um “escape de qualidade” que fez com que o Max 9 que estava no ar tivesse parte da fuselagem solta.

Em suma, a reputação da Boeing está em ruína. Relatório do Congresso dos EUA de setembro de 2020 atribuiu o colapso dos 737 Max 8 “à pressão competitiva, às falhas de design e uma cultura de encobrimento” por parte do fabricante de aviões e uma regulação da FAA “fundamentalmente falha” – a Boeing, na prática, “fiscalizava” a si mesma.

Para manter a fundamentalmente a mesma estrutura do avião, com um motor maior, a Boeing instalou um software que deveria corrigir o problema, mas que em determinadas circunstâncias impedia o avião a mergulhar de cabeça, à revelia do piloto.

Analistas acusam a Boeing de estar mais interessada nos lucros, do que na engenharia – e segurança – propriamente dita.

Em abril do ano passado, já na evolução do modelo para o 737 Max 9, novo problema de software chamou a atenção. Um relatório divulgado pelos portais especializados em aviação Airfinance Journal e Leham News revelou que o processo de configuração dos computadores da aeronave apresentou defeitos, especialmente a operação conhecida como Option Selection Software (OSS).

Um mês antes, a FAA havia determinado às companhias aéreas que inspecionassem seus modelos Max para investigar um possível parafuso solto nos sistemas de controle do leme. De acordo com a Boeing, sua fornecedora Spirit AeroSystems havia utilizado um processo “não convencional” ao montar parte da fuselagem dos aviões, gerando a possibilidade dos modelos “não cumprirem certas especificações” dos reguladores do setor.

Segundo o Wall Street Journal, o Departamento de Justiça deu início a uma investigação criminal sobre o incidente com o avião da Alaska Airlines, após a Boeing informar ao Congresso que não conseguiu encontrar um registro relevante detalhando seu trabalho no painel que se soltou da aeronave.

Como desgraça pouca é bobagem, outros modelos civis da Boeing também apresentaram problemas. Em janeiro, um Boeing 737-800 da companhia aérea japonesa All Nippon Airways teve que retornar à pista de decolagem no Japão após uma rachadura ser descoberta na janela da cabine do piloto em pleno voo. Depois, foi a vez de um Boeing 787 da Latam perder altitude abruptamente em um voo entre Sidney, na Austrália, e Auckland, na Nova Zelândia.

Em março, o The New York Times revelou que das 89 auditorias feitas pela FAA no processo de produção do Boeing 737 MAX, houve 33 reprovagens, sendo que no caso da Spirit AeroSystems, de 13 auditorias, 7 foram reprovadas.



Líder palestino, Abbas, com presidente espanhol, Pedro Sanchez e premiê belga, De Croo

‘Você tem nas mãos sangue de 15 mil crianças palestinas’, declara estudante a Nancy Pelosi

Vídeo que viralizou nas redes sociais mostra um estudante da Universidade Estadual do Arizona interrompendo uma atividade encabeçada pela ex-presidente da Câmara dos deputados, Nancy Pelosi, para denunciar o genocídio em curso em Gaza, perpetrado por Israel, com armas, dinheiro e proteção diplomática fornecidos pela Casa Branca.

“Nancy Pelosi, você é cúmplice de genocídio”, ele afirma à veterana deputada. “O sangue de 15.000 crianças palestinas está em suas mãos”, ele acrescenta.

“Como você pode ser uma democrata e dizer tem valores democráticos quando 100.000 civis palestinos inocentes foram massacrados por bombas pelas quais você pagou?”, ele interpela a veterana parlamentar e fiel escudeira do presidente Joe Biden.

Ele convoca a não votar em Pelosi e em “Genocida Joe” – como o octogenário presidente é chamado nos protestos – e “suas políticas de massacre”. “A Palestina está sendo morta; o sangue deles está em suas mãos”.

Pelosi tenta reduzir o estrago, ensaiando dizer “Joe Biden tem sido o mais forte advogado...”.

O estudante não se intimida: “você é cúmplice de genocídio” – enquanto a plateia se dirige a Pelosi com gritos de “tenha vergonha, tenha vergonha”.

“NÃO QUE EU SAIBA”

Atitudes como essa têm se multiplicado nos Estados Unidos inteiro. Na terça-feira (9), depoimento do chefe do Pentágono no Senado norte-americano foi interrompido por manifestantes que exigiam cessar-fogo já em Gaza e fim do envio de armas a Israel, e que denunciavam o genocídio em curso no enclave palestino. 50 manifestantes foram presos.

Questionado por um senador sobre a acusação de



Universitário questiona envio de armas pelos EUA a Israel

genocídio feita pelos manifestantes, o lobista e general de pijama Lloyd Austin III asseverou que “não há evidência de genocídio” – mas, à guisa de alibi, acrescentou: “ao que eu saiba”.

Isso, apesar de ser o primeiro genocídio na história da humanidade transmitido ao vivo e com pelo menos 21.000 crianças e mulheres mortas pelas bombas fornecidas pelos EUA – e com a assinatura dele.

Para a fundadora e apresentadora do programa Democracy Now, de Amy Goodman, estão ocorrendo deslocamentos importantes no cenário político dos EUA, em meio à indagação geral de para onde vão tender os seis estados pendulo, que definem a eleição nos EUA, que na verdade é no colégio eleitoral de 50 estados.

A senadora Elisabeth Warren de Massachusetts dizendo que acredita que o ataque de Israel a Gaza “atende à definição legal” de genocídio, ela cita. “Você tem Christopher Coons, que eu considero um sussurro de Biden, que agora está falando em interromper a venda de armas para Israel”.

“PALAVRAS VAZIAS”

Em entrevista a Goodman, o professor universitário Kenneth Roth, ex-diretor executivo da Human Rights Watch, chamou de “palavras vazias” a condenação do governo Biden ao recente

ataque ao comboio de ajuda humanitária.

Biden “nunca as apoia com consequências”, ele acrescentou. Ele não se mostra disposto “a condicionar explicitamente essa ajuda, essas vendas de armas, ao fim dos bombardeios e da fome de civis palestinos”.

“Então, em essência, Biden não está usando essa enorme alavancagem, apesar dos apelos de um número crescente de legisladores em Washington, apesar das pesquisas de opinião dos EUA que mudam rapidamente dizendo que os americanos estão cansados de os EUA apoiarem ativamente esses crimes de guerra, esse genocídio plausível em Gaza.” Para Roth, Biden calcula que os progressistas não têm para onde ir. Eles não vão votar em Trump, e a abstenção é efetivamente um voto em Trump, então quando a pressão chegar em novembro, eles terão que torcer o nariz e votar em Biden. E parece ser isso que o está empurrando nesta fase.

Ainda segundo ele, Biden tenta sustentar aquela ficção da década de 1960, quando Israel era mostrado como o David cercado pelo Goliah árabes. “Ele não pensa em Israel hoje, a superpotência regional, um Estado com armas nucleares, um Estado que ocupa o território palestino há décadas e está impondo o apartheid. Sabe, isso não está na cabeça dele”.

Manifestantes exigem que Biden pare de armar Israel em evento do Partido Democrata em Chicago

Exigindo o cessar-fogo imediato, milhares de pessoas se manifestaram em Chicago contra o apoio em armas do governo de Biden ao genocídio do povo palestino perpetrado por Israel.

O protesto foi realizado durante encontro do Partido Democrata em um hotel da cidade para arrecadar doações à campanha das próximas eleições presidenciais marcadas para novembro.

Biden estava presente no local e não é a primeira vez que evento como esse traz manifestantes exigindo que EUA pare com o apoio militar e material a Israel.

Durante a manifestação, as pessoas levantaram faixas condenando os crimes em Gaza, denunciando o apoio ilimitado prestado pela administração dos EUA a Netanyahu desde o início da agressão e expressando o seu repúdio ao uso do seu “dinheiro dos impostos” para apoiar



Chega de genocídio afirmam manifestantes em Chicago

o morticínio com armas e munição.

Em 29 de março, protesto similar aconteceu diante de um evento de levantamento de fundos para os democratas em Nova Iorque. Estavam presentes nesta ocasião Obama e Clinton.

O Ministério da Saúde da Palestina informou, na terça-feira (09), que o número de palestinos mortos como resultado da agressão israelense em curso na Faixa de Gaza desde 7 de

outubro do ano passado aumentou para 33.360.

As autoridades de saúde locais em Gaza explicaram que o número de feridos aumentou para 75.993, enquanto milhares de pessoas continuam desaparecidas sob os escombros.

Simultaneamente, nas últimas 24 horas, 153 corpos foram transportados para os hospitais da Faixa, além de 60 feridos, em consequência do bombardeio indiscriminado.

Agressão de Israel à Faixa de Gaza “mina décadas de direito humanitário internacional e ameaça desestabilizar o Oriente Médio e o mundo”, alertou o presidente espanhol, Pedro Sanchez

“Espanha está preparada para reconhecer a Palestina” afirmou Pedro Sanchez, presidente espanhol, condenando a agressão do governo de Netanyahu e assinalando que a sua “resposta absolutamente desproporcional” em Gaza “mina décadas de direito humanitário internacional e ameaça desestabilizar o Oriente Médio e, portanto, o mundo inteiro”.

Numa aparição perante o Congresso dos Deputados para informar sobre a política externa, na quarta-feira (10), Sánchez disse que o Estado Palestino deve ser reconhecido porque “é justo, é exigido pela maioria social e pelo interesse geopolítico da Europa” e porque “a comunidade internacional não poderá ajudar o Estado Palestino se não reconhecer sua existência”.

Neste sentido, a Espanha propôs um cessar-fogo permanente, a abertura imediata de corredores humanitários, a realização de uma conferência internacional de paz e a solução de dois Estados, explicou o chefe do Executivo, antes de lamentar que haja muitos líderes tanto na Europa como em Espanha que se “colocaram de lado”.

Mas “felizmente, a maioria dos Estados abriu os olhos” e está aderindo à posição espanhola, garantiu.

IRLANDA

Numa conferência de imprensa após a reunião do Conselho Europeu de 22 de março, Sánchez anunciou que o Governo espanhol tinha acordado com as autoridades da Irlanda, Eslovênia e Malta em dar os primeiros passos para o reconhecimento da Palestina.

Estes Estados emitiriam uma declaração conjunta expressando a sua vontade de reconhecer um Estado palestino em “circunstâncias apropriadas”.

A Palestina é atualmente reconhecida por oito Estados-Membros da UE. Bulgária, Chipre, a República Checa, Hungria, Malta, Polónia, e Romênia deram este passo em 1988, antes de aderirem à UE, e a Suécia em 2014.

O presidente declarou aos jornalistas que recentemente o acompanharam numa viagem à Jordânia, Arábia Saudita e Qatar que a Espanha pretende fazê-lo até ao final de junho.

No mês passado, os líderes de Espanha, Irlanda, Eslováquia e Malta manifestaram numa declaração conjunta o seu desejo de reconhecer o Estado palestino.

Sanchez com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Manuel Albares, estão visitando outros países da União Europeia e do Médio Oriente para resolver as questões práticas do reconhecimento da Palestina.

Universidades argentinas anunciam greve de 48 horas contra ataque de Milei à educação pública

A ‘Frente Sindical de Universidades Argentinas’ anunciou hoje uma paralisação de 48h contra as medidas do governo de Javier Milei, declarando-se em defesa da educação argentina, eles também reivindicam reposição salarial acima da inflação, aposentadorias mais justas e contra cortes no setor.

Em conjunto com a ‘Federación Universitaria Argentina’ anunciaram uma marcha prevista para o dia 23 de abril em defesa ao sistema universitário público argentino.

“A situação crítica – em termos de salário e orçamento – das Universidades Nacionais e do Sistema Público de Ciência e Tecnologia provocada pelo governo de Milei, o ataque geral que o partido do governo faz contra a educação a igualando com doutrinação e a recente declaração de uma de suas principais

Sánchez viajará à Noruega e à Irlanda dentro de dois dias para se reunir com os respectivos primeiros-ministros. Irá também reunir-se com os líderes de Portugal e da Eslovênia, com os quais também programa dar esse passo.

Segundo o chefe do Governo, a ideia ganha cada vez mais adeptos, convencidos de que só reconhecendo a Palestina poderá se garantir a paz e a segurança na região.

O conflito palestino-israelense foi gerado extamente pela usurpação de terra palestina para a implantação do Estado de Israel e, posteriormente, agravada com a ocupação e assalto de terras palestinas na região da Cisjordânia.

A decisão da ONU em 1947, determinou a criação de dois Estados – Israel e Palestina – mas apenas o israelense foi criado.

MEMBRO PLENO DA ONU

A presidência do Conselho de Segurança da ONU encaminhou o pedido da Autoridade Palestina para se tornar membro de pleno direito do organismo mundial à sua comissão sobre admissão de novos membros.

“O Conselho decidiu que esta deliberação deve ocorrer durante o mês de abril”, declarou a Embaixadora de Malta na ONU, Vanessa Frazier, que ocupa a atual presidência do Conselho, após uma reunião na tarde de segunda-feira (08) para considerar a proposta formal da AP, numa carta da semana passada, para uma nova consideração do seu pedido de 2011 para se tornar membro de pleno direito da ONU.

Em 23 de setembro de 2011, o líder palestino, Abbas, entregou o pedido inicial para se tornar o 194º membro da ONU, antes de se dirigir aos líderes mundiais na Assembleia Geral.

“Este é um momento histórico”, disse o enviado palestino à ONU, Riyad Mansour, aos repórteres após a reunião. “Esperamos sinceramente que, após 12 anos desde que foi mudado o nosso estatuto para um Estado observador, o Conselho de Segurança realize a implementação do consenso global sobre a solução de dois Estados, admitindo o Estado da Palestina como membro pleno.”

Os pedidos para se tornar um Estado membro da ONU devem passar pelo Conselho de Segurança e depois ser aprovados pela Assembleia Geral. EUA, que tem se aliado a Israel, dando respaldo político a seus crimes de lesa-humanidade (como o genocídio do qual está agora acusado pela África do Sul na Corte Internacional de Justiça) é um dos cinco Estados membros permanentes que podem vetar qualquer ação no Conselho.

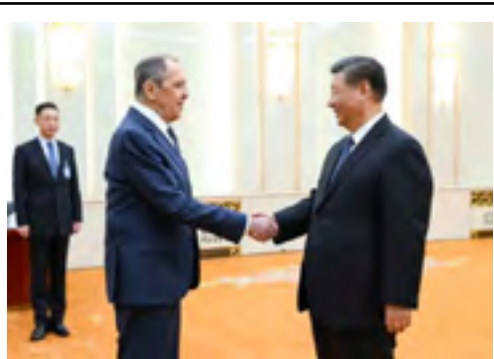
Os palestinos mantêm o status de observadores não-membros na ONU desde 2012.

referências – Benegas Lynch – que reivindica liberdade para legitimar o trabalho infantil frente o direito à educação obrigatória, levantam a necessidade de uma resposta de unidade: unidade para defender a universidade pública, gratuita, laica e de qualidade”, disseram em comunicado.

Eles também exigem a reincorporação de milhares trabalhadores do serviço público demitidos pelo governo.

“Defendemos a universidade pública; defendemos os salários dos docentes, não docentes e pesquisadores; defendemos as bolsas de estudo, o bilhete educativo e aquelas condições que permitem a maioria dos estudantes sustentar-se dentro da universidade. Reincorporação agora dos demitidos no Estado Nacional”, concluiu o comunicado.

Resposta do Irã a atentado de Netanyahu atingiu base de Israel



Lavrov é recepcionado por Xi Jinping Xi e Lavrov reiteram parceria estratégica de China e Rússia

O presidente chinês, Xi Jinping, recebeu em Pequim na terça-feira (9) o ministro das Relações Exteriores russo, Serguei Lavrov, em visita de dois dias à China, que reafirma a parceria estratégica e abrangente entre Rússia e China, apesar da pressão norte-americana, no ano em que se comemora 75 anos das relações diplomáticas entre a República Popular da China e a Rússia.

Xi pediu a Lavrov que transmitisse suas sinceras saudações ao presidente russo, Vladimir Putin, reeleito em março, e destacou que a China e a Rússia embarcaram em um novo caminho de coexistência harmoniosa e cooperação ganha-ganha entre os principais países e vizinhos, o que beneficiou a ambos os povos e contribuiu com sabedoria e força para a equidade e justiça internacionais, registrou a agência de notícias Xinhua.

“Em conexão com o 75º aniversário da fundação da República Popular da China, gostaríamos de expressar o nosso mais elevado apreço e admiração pelos sucessos alcançados ao longo destes anos, especialmente durante a última década sob a sua liderança”, afirmou, por sua vez, Lavrov. “Eles sinceramente nos deixam felizes porque esses são os sucessos dos nossos amigos. Vemos que nem todas as pessoas no mundo partilham esta atitude e estão tentando de todas as formas restringir o desenvolvimento da China e da Rússia”, ele acrescentou.

“Em 1949, a URSS foi o primeiro Estado a reconhecer a nova China. Desde então nos tornamos camaradas. Estes três quartos de século mostraram quão importantes são para nós e para o mundo inteiro a confiança mútua, a boa vizinhança, a amizade, a igualdade e a parceria mutuamente benéfica, que, como enfatizaram você e o Presidente Putin, é superior em eficácia aos blocos da era da Guerra Fria e não se dirige a terceiros”, sublinhou o chanceler russo.

Lavrov disse que é graças ao entendimento dos dois líderes que “as relações russo-chinesas demonstram estabilidade, bem como capacidade de adaptação a quaisquer condições (mesmo as mais difíceis). A base das relações russo-chinesas é o apoio mútuo em questões que afetam os interesses fundamentais dos nossos Estados”.

“O volume de negócios comercial está batendo novos recordes. O projeto Ano da Cultura Rússia-China já começou. O ‘pacote’ de política externa de Moscou e Pequim é a locomotiva de esforços que estão ganhando cada vez mais apoia-dores para formar uma ordem mundial multipolar mais equitativa e garantir a segurança no continente euroasiático”, assinalou o chefe da diplomacia russa.

Leia a íntegra no site



Carro de Prozorov após a explosão (N. Gazeta)

Atentado em Moscou explode automóvel do antifascista Vasily Prozorov

O ex-agente do serviço secreto da Ucrânia que denunciou a ascensão do fascismo no país, Vasily Prozorov, sofreu um atentado à bomba em Moscou, na sexta-feira (12). Ele ficou ferido, mas não corre risco de vida.

Uma fonte ouvida pela agência Tass disse que Vasily Prozorov “sente-se bem” e está “recebendo assistência médica”.

Vídeos que circulam no Telegram mostram Prozorov sendo colocado dentro de uma ambulância. Ele está consciente e movendo os braços.

Outra gravação, que parece ser de uma câmera de segurança, mostra ele entrando em seu carro, um Toyota Land Cruiser, e, logo em seguida, a explosão.

Não houve nenhum incêndio depois da explosão. Fotos

mostram as portas do veículo arrebatadas por conta da bomba. O local está sendo inspecionado por esquadrões antibomba. Depois de ter servido no Serviço de Segurança da Ucrânia (SBU) por 18 anos, entre 1999 e 2017, Prozorov se uniu à Rússia “pois queria lutar a qualquer custo contra aqueles que chegaram ao poder em Kiev em fevereiro de 2014”, segundo contou ao HP.

Ele mantém o site Ukraine Leaks, onde divulga documentos secretos do governo ucraniano e do SBU que comprovam os crimes que ele denuncia.

Em 2022, Prozorov concedeu uma entrevista à Hora do Povo na qual contou sobre o golpe de Estado em 2014 e as políticas que ajudaram a ascensão de grupos nazistas na Ucrânia.



Mísseis iranianos atingiram base aérea de Israel (Imagem de vídeo de Times of Israel)

Bombardeio israelense destrói escola e mesquitas e mutila jornalista em Gaza

Ataques israelenses com drones, artilharia e incursões terrestres mataram nas últimas 24 horas em Gaza 89 palestinos, sendo que 26 da mesma família. No ataque ao campo de refugiados de Al Nusseirat nesta sexta-feira (12), um jornalista a serviço do canal turco TRT teve o pé amputado após ser atingido.

Segundo as agências de notícias, em Al Nusseirat foram destruídas casas, uma escola que abrigava famílias expulsas de seus lares e duas mesquitas.

Autoridades de saúde palestinas disseram que pelo menos 25 pessoas de uma mesma família, os Tabatibi, foram mortas e várias ficaram feridas em um ataque aéreo israelense a uma casa em Al Daraj, no centro de Gaza.

Imagens da Al Jazeera mostraram equipes de resgate retirando corpos do prédio explodido. As tropas coloniais israelenses, que atendem pelo nome de fantasia de IDF (forças de ‘defesa’), asseveraram que mais essa carnificina era uma “operação precisa”, com base em “inteligência”.

O cinegrafista da TRT que foi ferido e mutilado em Al Nusseirat foi identificado como Sami Shahada. A equipe do canal TRT Arabi (em língua árabe) se preparava para transmitir do campo de Nusseirat quando foi feita de alvo.

A investida israelense sobre Al Nusseirat causou dezenas de feridos, que foram levados para o pequeno Hos-



Prédio em chamas após ataque com bombas israelenses na cidade de Nusseirat, centro de Gaza

pital al-Awda do campo de refugiados, já que as equipes de resgate não estão tendo condições mínimas de segurança para chegar ao mais aparelhado Hospital al Aqsa, na cidade de Deir el-Balah.

Segundo a agência de notícias palestina Wafa, helicópteros de guerra israelense também bombardearam casas nos bairros de Zeitoun, Shujayea e Remal neighbourhoods, ferindo mais civis.

As autoridades palestinas também informaram a recuperação, por equipes de resgate, dos corpos em decomposição de 13 pessoas, em Khan Yunis.

POGROM NA CISJORDÂNIA

Na Cisjordânia ocupada, pogrom organizado

por “colonos” israelenses – sob lei internacional, fanáticos que assaltam terra alheia – contra os palestinos na vila de Al Mughhair, a nordeste de Ramallah, mataram em sua própria casa Jihad Afif, como registrou a Al Jazeera.

Outros vídeos mostram fumaça saindo da vila enquanto os tiros soam. A agência Wafa informou que há, ainda, 18 feridos, um deles crítico. O vice-presidente do Conselho da Vila de Al Mughhair, Marzouq Abu Naim, disse que pelo menos 1.500 colonos, protegidos pelo exército de ocupação, continuam matando e queimando casas e veículos dos moradores em toda a aldeia. Estima-se que houve 700 ataques de colonos na Cisjordânia palestina nos últimos seis meses.

Por expor crimes de guerra dos EUA, jornalista Assange está há cinco anos em cárcere na Inglaterra

Nesta quinta-feira (11), o fundador do WikiLeaks, Julian Assange, completou cinco anos de encarceramento no presídio de Belmarsh, em Londres, há cinco anos, em um virtual sequestro no esforço para extraditá-lo para os EUA. “Sua detenção é uma zombaria às obrigações dos EUA sob o direito internacional”, assinalou a Anistia Internacional.

O marco sombrio foi registrado por ativistas da liberdade de imprensa, organizações de direitos humanos e a esposa de Assange, Stella, que denunciou que “sua saúde está se deteriorando... ele está correndo o risco de extradição iminente realmente, porque está a apenas um passo da extradição”.

Por ter exposto os crimes de guerra cometidos pelos EUA, em violação da Carta da ONU e da lei internacional, na ocupação do Iraque e do Afeganistão, o jornalista foi perseguido e submetido a uma operação de assassinato de reputação que um Relator da ONU considerou equivalente à tortura; teve de se asilar na embaixada do Equador até ser entregue à polícia inglesa pelo novo governo de Quito; e desde então tem sido mantido sob regime de solitária, sob o pedido de extradição dos EUA, que o quer condenado a 175 anos.

Assange “continua detido arbitrariamente no Reino Unido sob acusações de motivação política, apresentadas pelos



Manifestação de apoio a Assange em frente a Tribunal em Londres, durante julgamento de seu recurso

EUA por expor suas suspeitas de irregularidades”, disse a secretária-geral da Anistia Internacional, Agnes Callamard, em um comunicado na quinta-feira.

“As autoridades dos EUA falharam em conduzir uma investigação completa e transparente sobre seus supostos crimes de guerra. Em vez disso, eles escolheram atacar Assange por publicar informações vazadas para ele – mesmo que fossem de interesse público. A perseguição continua a Assange ridiculariza as obrigações dos EUA sob o direito internacional e seu compromisso declarado com a liberdade de expressão.”

Já com a saúde debilitada após sete anos asilado em condição precária na embaixada equatoriana, o estado de saúde de Assange se deteriorou ainda mais durante

seu prisão em Belmarsh.

O ex-relator especial da ONU para a tortura Nilz Melzer descreveu Assange como apresentando “todos os sintomas típicos de exposição prolongada à tortura psicológica”, enquanto o fundador do WikiLeaks estava doente demais para comparecer às suas audiências de extradição mais recentes.

No mês passado, a Suprema Corte britânica decidiu que Assange não pode ser extraditado até que os EUA garantam que ele não será submetido à pena de morte se for considerado culpado por um tribunal americano. O tribunal britânico disse que decidirá se concederá a Assange um recurso final contra sua extradição assim que essas garantias forem dadas.

Leia mais no site da Hora do povo

Força da ocupação israelense admitiu que base aérea no Neguev foi atingida por mísseis lançados por Teerá

Resposta precisa do Irã à provocação terrorista de Netanyahu contra embaixada evita tirar de foco o genocídio, a exigência mundial pelo cessar-fogo e da entrada de ajuda humanitária na Faixa de Gaza. Reação foi “limitada e em legítima defesa” e visou exclusivamente alvos militares, entre eles uma base aérea no sul do Negev e um centro de inteligência, sublinhou Teerá.

Exercendo o direito de defesa estabelecido pelo artigo 51 da Carta da ONU, o Irã respondeu ao bombardeio de Netanyahu contra a embaixada iraniana na capital síria, desencadeando na noite de sábado para domingo um ataque contra alvos militares israelenses com 300 drones, mísseis de cruzeiro e mísseis balísticos, explicitando a vulnerabilidade de Israel, cujo mito de “superioridade” já saíra bastante arranhado pela “Ofensiva do Tet” palestina de 7 de outubro e antes com a guerra do Yom Kipur em 1973.

Em especial, segundo as fontes iranianas, foram atingidas a base aérea de Nevatim no coração do deserto de Negev de onde decolaram os aviões que cometeram o criminoso bombardeio da embaixada, e um centro de inteligência na fronteira síria-israelense que forneceu dados para a agressão.

Segundo o jornal The New York Times, que citou autoridades israelenses, o Irã disparou 185 drones, 36 mísseis de cruzeiro e 110 mísseis superfície-superfície contra Israel. Nenhuma cidade ou assentamento israelense foi alvo de ataques iranianos. Não houve vítimas fatais.

O ataque demonstrou que o Irã pode, com uma única ação, ameaçar qualquer canto de Israel.

A sobriedade da resposta iranianas – que só usou uma pequena parte dos recursos de que dispõe – e seu fundamento na Carta da ONU expõe ainda mais o fracasso da tentativa de Netanyahu de usar a provocação contra embaixada para ampliar a guerra, na busca de se manter no poder a qualquer preço, e abafar a repulsa causada pelo genocídio em Gaza e por sua recusa em fechar acordo de troca de presos e dar fim ao program no enclave palestino. Há também, como sabem todos os israelenses, a previsão de sua queda e ida à cadeia sob diversos processos por corrupção já documentados e testemunhados.

Perpetrada em 1º de abril, a provocação buscou desviar a atenção do genocídio que o regime Netanyahu vem cometendo em Gaza contra os palestinos, que já levou Israel para o banco dos réus na Corte Internacional de Justiça e que indigna o mundo inteiro, para tentar levar o foco para a suposta “ameaça a Israel” vinda do Irã.

E, claro, tapear a população israelense, boa parte dela de volta às ruas exigindo sua renúncia e um acordo imediato de troca de presos que traga de volta os israelenses cativos em Gaza, o que presuppõe o cessar-fogo.

No ataque que viola a Convenção de Viena e as Convenções de Genebra, o regime Netanyahu matou sete pessoas que estavam na instalação diplomática, inclusive dois altos conselheiros militares iranianos na Síria.

ARTIGO 51

Em seu comunicado à ONU, o Irã registrou estar exercendo seu direito inerente à autodefesa, conforme estabelecido no Artigo 51 da Carta das Nações Unidas, em resposta às agressões militares recorrentes de Israel. E que essa resposta não teria sido necessária se o Conselho de

Segurança da ONU houvesse condenado o ataque israelense como determina o direito internacional, ao invés de ser leniente com a ultrapassagem por Israel de todos os limites e princípios fundamentais da lei internacional.

Também deixou claro que, ao invés de agressão indiscriminada, como Israel faz em Gaza ou contra a embaixada iraniana, a resposta de Teerá só visou alvos militares e não atingiu nenhuma cidade ou assentamento.

O Irã também deixou claro que, se não houvesse uma retaliação adicional de Israel, a questão estaria encerrada.

DETER A ESCALADA

Nas horas que se seguiram ao ataque, o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, China e Rússia conclamaram à “contenção” para evitar uma escalada na guerra que engolfaria todo o Oriente Médio, e foco no cessar-fogo em Gaza e na entrada da ajuda humanitária.

De acordo com relatos da CNN e do Wall Street Journal, em comunicação telefônica ainda na noite de sábado, o presidente norte-americano Joe Biden disse a Netanyahu que os Estados Unidos não participariam de nenhuma contra-ofensiva israelense contra o Irã.

Neste domingo o portavoiz de segurança nacional da Casa Branca, disse ao programa “This Week” da ABC que os EUA continuarão a ajudar Israel a se “defender”, mas não querem a guerra com o Irã. “Não buscamos o aumento das tensões no região. Não buscamos um conflito mais amplo”, enfatizou, se descomprometendo com uma revanche como quer Netanyahu. Embora Biden haja convocado o G7, para expor sua cumplicidade com os crimes de guerra de Israel.

IRÃ NOTIFICOU VIZINHOS

Neste domingo, o ministro das Relações Exteriores do Irã, Hossein Amirabdollahian, ao se reunir com embaixadores em Teerá, afirmou que seu país não quer uma “escalada de tensões” e que notificou seus vizinhos três dias antes do ataque contra Israel.

“Cerca de 72 horas antes da operação, informamos aos nossos queridos vizinhos e aos países da região que a resposta da República Islâmica do Irã na forma de defesa legítima é definitiva e inegável”, afirmou.

“Anunciamos à Casa Branca em uma mensagem esta manhã que nossas operações serão limitadas e mínimas, com o objetivo de defesa legítima e punição do regime israelense”, acrescentou.

Por sua vez, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas iranianas, major-general Mohammad Bagheri, Teerá alcançou os objetivos pretendidos, apesar da assistência a Israel por aviões dos EUA que operam no espaço aéreo do Iraque e da Jordânia.

Ele advertiu que se Israel continuar tomando medidas contra o Irã em seu território ou em outro lugar, a próxima resposta “será consideravelmente mais severa”.

Bagheri também deixou uma mensagem aos EUA, notando que, se Washington continuar incentivando e facilitando os crimes de Israel, as bases norte-americanas no Oriente Médio e seu pessoal “não estarão seguros”.

À Al Jazeera, um ex-diplomata israelense, Alon Liel, sugeriu que o “êxito” – segundo ele – do Domo de Ferro, ao possibilitar a Netanyahu ter “algo de positivo em seu histórico”, pode “ajudar a terminar a guerra em Gaza”.

Leia a íntegra no site do HP

Floriano, a defesa da democracia e da independência econômica (1)

Como já se disse, o florianismo era a forma de luta da pequena-burguesia urbana – também chamada “classe média” – pelas mudanças anunciadas na Proclamação da República.

Ou, o que é a mesma coisa, a luta dessa fração mais avançada e mais dinâmica da burguesia, contra a restauração do *status quo* anterior e pela industrialização do país

CARLOS LOPES

Quando Floriano Peixoto morreu, a 29 de junho de 1895, no distrito de Divisa, em Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, foi encontrada em seu bolso a carta que passou à História como seu testamento político. Era resposta a uma homenagem prestada por jovens:

“Meus amigos – recebo com especial agrado a sincera manifestação do vosso apreço. Ela tem para mim um valor inefável, pois revela a generosidade dos vossos nobres corações.

“Ela me enche a alma de um prazer imenso, porque vejo nela um tributo de vossa gratidão a um velho servidor da Pátria, que lhe consagrou de coração o melhor da vida, e da República, por amor da qual sacrificou o resto de sua saúde e vigor que lhe deixou a penosa campanha do Paraguai.

“Hoje, como vedes, vivo longe do lar a procurar em vários climas a reparação das forças perdidas nas lutas pela Pátria e pelas novas instituições.

“Nessa peregrinação, alimento a esperança de alcançar do Criador a mercê de viver mais algum tempo para prover a educação dos filhos, órfãos há cinco anos dos cuidados paternos; e também para lograr o prazer de contemplar a jovem República livre dos embarços que ora lhe estorvam os passos, a marcha desassombrada e feliz ao lado das nações mais adiantadas do Velho e do Novo Mundo.

“A vós, que sois moços e trazeis vivo e ardente no coração o amor da Pátria e da República, a vós corre o dever de ampará-la e defendê-la dos ataques insidiosos dos inimigos.

“Diz-se e repete-se que ela está consolidada e não corre perigo. Não vos fieis nisso, nem vos deixeis apanhar de surpresa.

“O fermento da restauração agita-se em uma ação lenta, mas contínua e surda. Alerta! Pois. A mim me chamais o consolidador da República. Consolidador da obra grandiosa de Benjamin Constant e Deodoro são o exército nacional e uma parte da armada, que à Lei e às instituições se conservaram fiéis.

“Consolidador da República é a mocidade das escolas civis e militares derramando o seu sangue generoso para com ele escrever a página mais brilhante da história das nossas lutas.

“Consolidador da República, finalmente, é o grande e glorioso partido republicano, que, tomando a forma de batalhões patrióticos, praticou tais e tantos feitos de bravura, que serão ouvidos sempre com admiração e respeito pelas gerações vindouras.



“São esses os heróis para os quais a Pátria deve volver os olhos, agradecida.

“À frente de elementos tão valiosos, não duvidei, um momento sequer, do nosso triunfo, e, pedindo conselhos à inspiração e à experiência e procurando amparo no sentimento da grande responsabilidade que trazia sobre os ombros tive a felicidade de poder guiar os nossos no caminho da vitória.

“Foi esse o meu papel.

“Se mérito existe, não almejo outra recompensa, senão a prosperidade da República e a estima dos que sinceramente lhe consagram o seu amor.

“Vou terminar: as prescrições médicas não me permitem o mais leve trabalho mental; mas, para corresponder à vossa gentileza, não duvidei infringir os conselhos da ciência e escrever estas linhas, que vos entrego como penhor e testemunho da minha eterna gratidão.

“Divisa, junho de 1895
“Floriano Peixoto”.

Os conflitos agudos que atravessam o período em que Floriano Peixoto ocupou a Presidência da República (ele jamais usou o título “presidente”; oficialmente, era o “vice-presidente” em exercício), refletem a luta “entre a velha e a nova estrutura de produção, entre a economia exportadora e a economia de mercado interno, entre o latifúndio e a burguesia, aquele poderosamente reforçado pelo imperialismo, esta contando com as simpatias das classes e camadas inferiores, e particularmente da pequena burguesia urbana, muito ativa em seus pronunciamentos e em suas ações, ainda que desorganizadas” (Nelson Werneck Sodré, **História da Burguesia Brasileira**, Civilização Brasileira, 2ª ed., 1967, p. 196).

Sobre o florianismo pendiam as acusações de “culto à personalidade” – as mesmas que, no plano internacional, seriam dirigidas a Stalin – e fanatismo, que apenas revelam a sua popularidade.

Como já se disse, o florianismo era a forma de luta da pequena-burguesia urbana – também chamada “classe média” – pelas mudanças anunciadas na Proclamação da República. Ou, o que é a mesma coisa, a luta dessa fração mais avançada e mais dinâmica da burguesia, contra a restauração do *status quo* anterior e pela industrialização do país.

Não é um acidente que os homens que lideraram as revoltas contra Floriano – aquelas reunidas sob os nomes de “revolta federalista” e “revolta da Armada” – fossem (como



Custódio José de Melo, Gaspar Silveira Martins e Saldanha da Gama) egressos e favoritos da monarquia.

Esses homens pretendiam restaurar o trono e recolocar nele algum descendente de Pedro II?

É pouco provável. Mas queriam, ainda que **formalmente** sob a República, restaurar a estagnação, a submissão ao exterior e o atraso da situação monárquica.

Nesse sentido, é interessante como a acusação de “jacobinismo”, feita ao florianismo sobretudo por Saldanha da Gama – o mais explicitamente monarquista dos chefes antiflorianistas –, revela o caráter dessa oposição à República.

O que foi o jacobinismo, senão a tendência pequena-burguesa – e mais radical – da Revolução Francesa?

Ao acusar o florianismo de “jacobino”, Saldanha, um dos almirantes prediletos da corte imperial, estava se colocando, consequentemente, como aristocrata – tal e qual a nobreza da França no final do século XVIII.

Anos depois, durante a Revolta da Chibata (1910), alguém lembraria que Saldanha foi um dos mais famosos “chibateiros” (isto é, escravagistas) da Marinha.

2

Mas, antes de voltarmos ao florianismo, cabe indagar quem era o homem em torno do qual ele se constituiu.

Quem era Floriano Peixoto?

Era, em primeiro lugar, um homem de origem pobre, nascido num engenho de Alagoas, criado pelo padrinho e futuro sogro, porque seus pais não tiveram condições de criar todos os filhos.

Era, também, um homem de coragem inextinguível, que iniciou a Guerra do Paraguai como primeiro tenente e a encerrou como tenente-coronel, condecorado com a Ordem de Cristo (pela participação na batalha fluvial que impediu as duas colunas paraguaias de fazer junção no Rio Grande do Sul); com a Ordem da Rosa (por bravura na batalha de Tuiuti); com a Imperial Ordem do Cruzeiro, pelas batalhas da “dezembrada” (Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angostura); com a Medalha de Uruguaiana e a Medalha Especial da Campanha do Paraguai.

É bastante conhecido o relato, publicado por um jornal argentino, de Medeiros e

Albuquerque – o poeta e autor do Hino da República –, sobre um ato de Floriano Peixoto na Guerra do Paraguai:

“Certa ocasião, em missão de patrulha, Floriano estava a cavalo à frente de seus homens quando uma granada inimiga caiu próximo a ele, com o pavio ainda aceso, pondo em risco a vida de todo o grupo. Sem hesitar, Floriano colocou de pronto a montada sobre a granada, determinando aos comandados que seguissem adiante. Frente àquele exemplo de coragem, os homens obedeceram enquanto a granada explodia dilacerando o ventre do animal e arremessando seu ginete ao chão, porém sem ferir ninguém. Num último de segundo, Floriano decidiu sacrificar o animal que o conduzia para poupar a vida de seus soldados, ainda que pondo em risco a sua própria.”

Apesar disso e de outras conhecidas qualidades, Euclides da Cunha, em **Contrastes e Confrontos**, desenhou dele um retrato, em boa parte, injusto (“Traduz de modo admirável, ao invés da sua robustez, a nossa fraqueza”).

Mas, quando se refere aos fatos, o autor de **Os Sertões** é surpreendentemente acurado. Por exemplo, sobre o dia da Proclamação da República:

“... quando diante do ministério vencido o marechal Deodoro alteava a palavra imperativa da revolução, não era sobre ele que convergiam os olhares, nem sobre Benjamin Constant, nem sobre os vencidos – mas sobre alguém que a um lado, deselegantemente revestido de uma sobrecasaca militar folgada, cingida de um talim frouxo de onde pendia tristemente uma espada, olhava para tudo aquilo com uma serenidade imperturbável. E quando, algum tempo depois, os triunfadores, ansiando pelo aplauso de uma plateia que não assistira ao drama, saíram pelas ruas principais do Rio – quem quer que se retardasse no quartel-general veria sair de um dos repartiamentos, no ângulo esquerdo do velho casarão, o mesmo homem, vestido à paisana, passo tranquilo e tardo, apertando entre o médio e índice um charuto consumido a meio, e seguindo isolado para outros rumos, impassível, indiferente, esquivo...”

“E foi assim – esquivo, indiferente e impassível – que ele penetrou na história.”

Da mesma forma, em relação ao golpe – o fechamento

do Congresso – de Deodoro, a 3 de novembro de 1891, quando Floriano era (e foi) a esperança da democracia no país. Posteriormente, Euclides reformulará seu julgamento sobre Floriano, como na carta à Lúcio Mendonça em que conta a audiência que teve para pedir pelo sogro, general Sólton Ribeiro, na época suspeito de conspiração contra o governo:

“Floriano cerrou o semblante, contraindo o cenho com insólita expressão. Supus que tinha errado, procurando-o. A minha ansiedade era tamanha que, se encontrasse um revólver à mão, eu seria eliminado. De súbito um monossílabo. Esperei a resposta com relativa impavidez. As suas palavras seriam para outro enigmáticas, para mim não. Disse: ‘Quando seu pai ainda não cogitava em procurá-lo (a frase que empregou tinha forma menos austera) eu já era amigo de Sólton. Pode retirar-se’” (cit. por Nelson Werneck Sodré, **História Militar do Brasil**, Expressão Popular, 2ª ed., 2010, p. 220).

Da mesma forma, em **Os Sertões**, Euclides registra a quase incrível popularidade de Floriano entre as tropas que combatiam pela República, já no governo do seu sucessor:

“A luta pela República, e contra os seus imaginários inimigos, era uma cruzada. Os modernos templários, se não envergavam a armadura debaixo do hábito e não levavam a cruz aberta nos copos da espada, combatiam com a mesma fé inamolgável. Os que daquele modo se abatia à entrada de Canudos tinham todos, sem exceção um único, colgada ao peito esquerdo medalhas de bronze, a effigie do marechal Floriano Peixoto e, morrendo, saudavam a sua memória – com o mesmo entusiasmo delirante, com a mesma dedicação incoercível e com a mesma aberração fanática com que os jagunços bradavam pelo Bom Jesus misericordioso e milagroso...” (Euclides da Cunha, **Os Sertões**, Laemmert, 3ª ed., 1905, pp. 467-468).

O retrato de Floriano em **Os Sertões**, publicado sete anos após a morte do marechal, não é, em absoluto, negativo.

O modo como Floriano liderou a resistência à restauração – o enfrentamento das revoltas “federalista” e “da Armada” – é conhecido, ainda que seja pintado com deforma-

Funeral de Floriano Peixoto, 6 de julho de 1895 (foto: Marc Ferrez, publicada em Le Monde Illustré, nº 2.001, 03/08/1895)

ções, às vezes muito bizarras. Como disse um biógrafo (e o citamos porque não se trata de um biógrafo “de esquerda”, pelo contrário):

“Floriano Peixoto representava as forças progressistas de um novo Brasil, por isso mesmo acabou por tornar-se alvo de uma infamante campanha de desmoralização por parte dos que integravam os movimentos reacionários, fossem eles quais fossem. Apesar de tentar por todos os meios a pacificação nos Estados, o vice-presidente continuava a ser insistentemente acusado de violar a Constituição e de causar a queda de muitos governos estaduais e municipais” (J. Natale Netto, **Floriano, o Marechal Implacável**, Novo Século, 2008, pp. 184-185).

São interessantes as considerações desse mesmo autor especificamente sobre o florianismo:

“Mas o que representava essa corrente, surgida no processo de consolidação do regime republicano? Nada mais era do que a atitude de vários segmentos da sociedade juntos numa luta contra tudo o que pudesse ser considerado um risco de retorno à monarquia. Isso englobava pessoas, ideias, partidos políticos e tudo o que fosse antagônico ao espírito republicano. Obviamente, o movimento elegeu como sua figura-símbolo o marechal Floriano Peixoto que sempre angariou adeptos por ter editado medidas de contenção do custo de vida, de desenvolvimento à indústria e principalmente pelas ações radicais contra adversários políticos, mostrados como adversários do novo regime e, em última análise, também da pátria” (J. Natale Netto, **op. cit.**, p. 219).

E, mais adiante: “... o ‘florianismo’ pôde ser entendido até mesmo como um projeto de esquerda, embora efêmero, já que se mostrava intransigentemente nacionalista. Seu significado sugeria não só a mudança da economia através de um viés de industrialização como, principalmente, a sustentabilidade do ideário patriótico naturalmente robustecido de marcantes valores democráticos” (idem, p. 238).

Continua na próxima edição